

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	12
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	14
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	16
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	18
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	19
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	20
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	22
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	23
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	24
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	25
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	26
---	----

Notas Explicativas	39
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	75
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	78
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	79
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	80
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	42.275.080
Preferenciais	0
Total	42.275.080
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	334.543	287.661	244.896
1.01	Ativo Circulante	100.287	89.565	95.257
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	577	1.985	8.267
1.01.02	Aplicações Financeiras	210	2.100	1
1.01.03	Contas a Receber	60.683	47.411	43.898
1.01.03.01	Clientes	60.683	47.411	43.898
1.01.04	Estoques	22.236	25.369	31.670
1.01.06	Tributos a Recuperar	8.570	7.851	8.571
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	8.570	7.851	8.571
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.674	1.840	7.893
1.01.06.01.02	PIS e COFINS	6.079	4.660	0
1.01.06.01.04	Outros tributos	817	1.351	678
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.404	284	950
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	6.607	4.565	1.900
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	6.607	4.565	1.900
1.02	Ativo Não Circulante	234.256	198.096	149.639
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	132.845	118.727	70.474
1.02.01.04	Contas a Receber	3.335	3.431	3.504
1.02.01.04.01	Clientes	3.335	3.431	3.504
1.02.01.07	Tributos Diferidos	46.385	46.612	6.788
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11.702	12.646	6.788
1.02.01.07.02	Programa de Integração Social (PIS)	7.268	7.959	0
1.02.01.07.03	Contribuição para seguridade social (COFINS)	21.172	26.007	0
1.02.01.07.04	Outros tributos	6.243	0	0
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	247	308	218
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	79.156	64.110	54.934
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.722	4.266	5.030
1.02.01.10.03	Demais contas a receber	126	126	126
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	3.596	4.140	4.904

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1.02.02	Investimentos	75.699	55.481	51.159
1.02.02.01	Participações Societárias	75.699	55.481	51.159
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	75.173	54.454	50.342
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	526	1.027	817
1.02.03	Imobilizado	23.941	22.347	25.779
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	23.941	22.347	25.779
1.02.04	Intangível	1.771	1.541	2.227
1.02.04.01	Intangíveis	1.771	1.541	2.227

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	334.543	287.661	244.896
2.01	Passivo Circulante	108.359	99.435	88.770
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.639	9.576	5.058
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	8.639	9.576	5.058
2.01.02	Fornecedores	17.503	15.489	7.840
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	17.503	15.400	7.840
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	0	89	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.610	3.958	2.598
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.610	3.958	2.598
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.610	3.958	2.598
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	62.522	38.917	49.311
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	62.522	38.917	49.311
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	62.522	38.917	49.311
2.01.05	Outras Obrigações	14.085	31.495	23.963
2.01.05.02	Outros	14.085	31.495	23.963
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	14.085	31.495	23.963
2.02	Passivo Não Circulante	100.760	90.883	81.838
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	35.451	31.812	29.303
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	35.451	31.812	29.303
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	35.451	31.812	29.303
2.02.02	Outras Obrigações	4.262	1.640	3.552
2.02.02.02	Outros	4.262	1.640	3.552
2.02.02.02.03	Impostos, Taxas e Contribuições	4.262	1.640	3.552
2.02.04	Provisões	57.124	48.828	42.334
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	6.013	5.691	4.639
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	2.998	2.998	2.998
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.284	2.517	1.396
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	667	176	245
2.02.04.01.05	Provisões Tributárias	64	0	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.02.04.02	Outras Provisões	51.111	43.137	37.695
2.02.04.02.04	Provisão para Perda em Investimentos	45.939	40.547	37.375
2.02.04.02.05	Outras	5.172	2.590	320
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	3.923	8.603	6.649
2.02.05.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	3.923	8.603	6.649
2.02.05.01.01	Demais Contas a Pagar	3.923	8.603	6.649
2.03	Patrimônio Líquido	125.424	97.343	74.288
2.03.01	Capital Social Realizado	45.937	45.701	45.539
2.03.02	Reservas de Capital	1.397	1.218	0
2.03.02.07	Outorga de opções de ações	1.397	1.218	0
2.03.04	Reservas de Lucros	60.335	32.743	10.716
2.03.04.01	Reserva Legal	3.017	1.637	536
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	57.318	31.106	10.180
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	19.642	19.642	19.642
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-4.834	-2.764	-2.454
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	2.947	803	845
2.03.08.02	Efeito de Aplicação das IAS 29 (Hiperinflação)	2.947	803	845

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	210.108	141.935	202.345
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-117.355	-83.620	-116.658
3.03	Resultado Bruto	92.753	58.315	85.687
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-57.899	-45.020	-55.288
3.04.01	Despesas com Vendas	-29.383	-30.000	-41.392
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-23.379	-22.244	-22.793
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	5.063	30.731	23.357
3.04.04.01	Outras Receitas operacionais	5.063	30.731	23.357
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-23.039	-26.872	-8.726
3.04.05.01	Outras despesas operacionais	-23.039	-26.872	-8.726
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	12.839	3.365	-5.734
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	34.854	13.295	30.399
3.06	Resultado Financeiro	-9.835	17.472	-17.684
3.06.01	Receitas Financeiras	9.131	35.303	5.590
3.06.02	Despesas Financeiras	-18.966	-17.831	-23.274
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	25.019	30.767	12.715
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	2.573	-8.740	7.497
3.08.01	Corrente	2.573	-8.740	7.497
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	27.592	22.027	20.212
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	27.592	22.027	20.212
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,65268	0,52321	0,48147

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	27.592	22.027	20.212
4.02	Outros Resultados Abrangentes	74	-352	19.478
4.02.01	Ajuste de conversão de moeda estrangeira	-2.070	-310	-174
4.02.02	Efeito da aplicação do CPC 42/ IAS 29	2.144	-42	10
4.02.03	Ajuste de avaliação patrimonial	0	0	19.642
4.03	Resultado Abrangente do Período	27.666	21.675	39.690

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-13.710	13.476	-8.879
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	28.907	44.963	32.775
6.01.01.01	Lucro / Prejuízo do Exercício	27.592	22.027	20.212
6.01.01.02	Equivalencia Patrimonial	-12.839	-3.365	5.734
6.01.01.03	Juros, Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	8.083	6.515	4.828
6.01.01.05	Depreciações e Amortizações	5.973	5.427	6.561
6.01.01.06	Outros	0	-210	-151
6.01.01.08	(Reversão) provisão para contingências	322	1.052	205
6.01.01.09	Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-2.472	1.383	1.238
6.01.01.10	Provisão para estoques obsoletos	4.578	65	-367
6.01.01.11	Baixa de ativos imobilizado	64	2.111	2.012
6.01.01.13	Impostos sobre o Lucro	-2.573	8.740	-7.497
6.01.01.14	Plano de opções de ações	179	1.218	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-42.617	-31.487	-41.654
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-10.704	-4.823	866
6.01.02.02	Estoques	-1.445	6.236	-769
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	2.081	-47.844	-439
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-1.059	576	97
6.01.02.05	Demais Contas a Receber	-2.042	-2.665	56
6.01.02.06	Fornecedores	2.014	7.649	-4.276
6.01.02.08	Tributos a Recolher	4.274	-552	-26.316
6.01.02.10	Demais Contas a Pagar	-22.089	9.486	-6.777
6.01.02.12	Depositos judiciais	544	764	4.857
6.01.02.13	Partes Relacionadas	-13.254	-4.832	-6.919
6.01.02.14	Obrigações trabalhistas e sociais	-937	4.518	-2.034
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-8.984	-3.420	-8.841
6.02.01	Adições e Baixas de Imobilizado (líquidas)	-7.861	-3.420	-8.459
6.02.02	Adições e Baixas de Intangível (líquidas)	0	0	-382
6.02.05	Adições ao Investimento	-1.624	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.02.06	Baixas de outros investimentos	501	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	19.396	-14.239	20.462
6.03.01	Ingresso de Empréstimos de Terceiros	140.541	106.003	136.843
6.03.02	Ingresso de Empréstimos de Partes Relacionadas	-114.890	-115.448	-122.664
6.03.06	Juros pagos	-6.491	-4.956	-3.620
6.03.07	Subscrição de ações	236	162	9.903
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.298	-4.183	2.742
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.085	8.268	5.526
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	787	4.085	8.268

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	45.701	1.218	32.743	0	17.681	97.343
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	45.701	1.218	32.743	0	17.681	97.343
5.04	Transações de Capital com os Sócios	236	179	0	0	0	415
5.04.01	Aumentos de Capital	236	0	0	0	0	236
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	179	0	0	0	179
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	27.592	74	27.666
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	27.592	0	27.592
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	74	74
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-2.070	-2.070
5.05.02.06	Efeito de Aplicação das IAS 29 (Hiperinflação)	0	0	0	0	2.144	2.144
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	27.592	-27.592	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	0	-27.592	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	27.592	0	0	0
5.07	Saldos Finais	45.937	1.397	60.335	0	17.755	125.424

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	45.539	0	10.716	0	18.033	74.288
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	45.539	0	10.716	0	18.033	74.288
5.04	Transações de Capital com os Sócios	162	1.218	0	0	0	1.380
5.04.01	Aumentos de Capital	162	0	0	0	0	162
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.218	0	0	0	1.218
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	22.027	-352	21.675
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	22.027	0	22.027
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-352	-352
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-310	-310
5.05.02.06	Efeito de Aplicação das IAS 29 (Hiperinflação)	0	0	0	0	-42	-42
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	22.027	-22.027	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	0	-22.027	0	-22.027
5.06.04	Constituição de Reserva legal	0	0	1.101	0	0	1.101
5.06.05	Constituição de Reserva de Incentivos Fiscais	0	0	20.926	0	0	20.926
5.07	Saldos Finais	45.701	1.218	32.743	0	17.681	97.343

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	35.636	0	0	-9.496	-1.793	24.347
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	35.636	0	0	-9.496	-1.793	24.347
5.04	Transações de Capital com os Sócios	9.903	0	0	0	0	9.903
5.04.01	Aumentos de Capital	9.903	0	0	0	0	9.903
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	29.708	19.826	49.534
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	20.212	0	20.212
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	9.496	19.826	29.322
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	174	174
5.05.02.06	Absorção de prejuízos	0	0	0	9.496	0	9.496
5.05.02.07	Ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	0	19.642	19.642
5.05.02.08	Efeito de Aplicação das IAS 29 (Hiperinflação)	0	0	0	0	10	10
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	10.716	-20.212	0	-9.496
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	0	-20.212	0	-9.496
5.06.04	Constituição de Reserva Legal	0	0	536	0	0	0
5.06.05	Constituição de Reserva de Incentivos Fiscais	0	0	10.180	0	0	0
5.07	Saldos Finais	45.539	0	10.716	0	18.033	74.288

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	242.414	190.492	211.576
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	240.076	158.675	189.617
7.01.02	Outras Receitas	4.810	30.434	20.721
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.472	1.383	1.238
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-133.995	-117.870	-100.051
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-75.077	-54.541	-55.629
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-58.918	-63.329	-44.422
7.03	Valor Adicionado Bruto	108.419	72.622	111.525
7.04	Retenções	-5.973	-5.427	-6.561
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.973	-5.427	-6.561
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	102.446	67.195	104.964
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	21.970	38.668	-144
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	12.839	3.365	-5.734
7.06.02	Receitas Financeiras	9.131	35.303	5.590
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	124.416	105.863	104.820
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	124.416	105.863	104.820
7.08.01	Pessoal	49.386	40.289	43.253
7.08.01.01	Remuneração Direta	46.948	37.669	39.416
7.08.01.02	Benefícios	1.725	1.772	2.612
7.08.01.03	F.G.T.S.	713	848	1.225
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	28.472	25.716	17.809
7.08.02.01	Federais	19.537	21.907	11.744
7.08.02.02	Estaduais	8.935	3.809	6.065
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	18.966	17.831	23.546
7.08.03.01	Juros	18.966	17.831	23.274
7.08.03.02	Aluguéis	0	0	272
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	27.592	22.027	20.212
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	27.592	22.027	20.212

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	318.749	281.584	243.235
1.01	Ativo Circulante	132.144	104.787	110.313
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.471	4.002	9.053
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.385	2.286	1
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	2.385	2.286	1
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	2.385	2.286	1
1.01.03	Contas a Receber	72.702	51.913	50.754
1.01.03.01	Clientes	72.702	51.913	50.754
1.01.04	Estoques	29.460	30.346	36.201
1.01.06	Tributos a Recuperar	11.551	9.735	10.267
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	11.551	9.735	10.267
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.404	284	1.084
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	11.171	6.221	2.953
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	11.171	6.221	2.953
1.02	Ativo Não Circulante	186.605	176.797	132.922
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	94.573	93.368	49.383
1.02.01.04	Contas a Receber	3.344	3.479	3.519
1.02.01.04.01	Clientes	3.344	3.479	3.519
1.02.01.07	Tributos Diferidos	46.385	46.612	6.788
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11.702	12.646	6.788
1.02.01.07.02	Pis e Cofins	28.440	33.966	0
1.02.01.07.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	6.243	0	0
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	247	308	218
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	44.597	42.969	38.858
1.02.01.10.03	Demais Contas a Receber	41.000	38.775	33.899
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	3.597	4.194	4.959
1.02.02	Investimentos	61.452	54.862	52.017
1.02.02.01	Participações Societárias	526	1.027	817
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	526	1.027	817

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	60.926	53.835	51.200
1.02.03	Imobilizado	27.735	26.119	28.029
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	27.735	26.119	28.029
1.02.04	Intangível	2.845	2.448	3.493
1.02.04.01	Intangíveis	2.845	2.448	3.493
1.02.04.01.02	Intangíveis	2.845	2.448	3.493

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	318.749	281.584	243.235
2.01	Passivo Circulante	122.492	109.740	97.967
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.633	10.375	5.300
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	9.633	10.375	5.300
2.01.02	Fornecedores	22.072	16.737	11.658
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	22.072	16.065	8.516
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	0	672	3.142
2.01.03	Obrigações Fiscais	13.412	10.749	6.935
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	13.412	10.749	6.935
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições	13.412	10.749	6.935
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	62.522	39.134	49.490
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	62.522	39.134	49.490
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	62.522	38.236	48.971
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	898	519
2.01.05	Outras Obrigações	14.853	32.745	24.584
2.01.05.02	Outros	14.853	32.745	24.584
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	14.853	32.745	24.584
2.02	Passivo Não Circulante	71.275	74.839	71.294
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	35.451	32.493	29.643
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	35.451	32.493	29.643
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	35.451	32.493	29.643
2.02.02	Outras Obrigações	24.731	26.815	29.112
2.02.02.02	Outros	24.731	26.815	29.112
2.02.02.02.03	Impostos, Taxas e Contribuições	24.731	26.815	29.112
2.02.04	Provisões	6.013	5.745	4.692
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	6.013	5.745	4.692
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	2.998	3.052	3.051
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.284	2.517	1.396
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	667	176	245

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.02.04.01.06	Provisões Tributárias	64	0	0
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	5.080	9.786	7.847
2.02.05.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	5.080	9.786	7.847
2.02.05.01.01	Demais Contas a Pagar	5.080	9.786	7.847
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	124.982	97.005	73.974
2.03.01	Capital Social Realizado	45.937	45.701	45.539
2.03.02	Reservas de Capital	1.397	1.218	0
2.03.02.07	Reserva de plano de opções de ações	1.397	1.218	0
2.03.04	Reservas de Lucros	60.335	32.743	10.716
2.03.04.01	Reserva Legal	3.017	1.637	536
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	57.318	31.106	10.180
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	19.642	19.642	19.642
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-4.834	-2.764	-2.454
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	2.947	803	845
2.03.08.02	Efeito de aplicação das IAS 29 (hiperinflação)	2.947	803	845
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	-442	-338	-314

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	240.098	156.499	219.836
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-127.520	-86.072	-122.981
3.03	Resultado Bruto	112.578	70.427	96.855
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-76.486	-54.569	-58.911
3.04.01	Despesas com Vendas	-40.095	-37.189	-46.934
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-27.048	-24.627	-26.131
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	15.606	36.486	23.880
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-24.949	-29.239	-9.726
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	36.092	15.858	37.944
3.06	Resultado Financeiro	-14.794	15.428	-25.504
3.06.01	Receitas Financeiras	15.775	36.535	6.341
3.06.02	Despesas Financeiras	-30.569	-21.107	-31.845
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	21.298	31.286	12.440
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	6.186	-9.276	7.771
3.08.01	Corrente	6.186	-9.276	7.771
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	27.484	22.010	20.211
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	108	17	1
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	108	17	1
3.10.01.20	Participações de Acionistas Não Controladores	108	17	1
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	27.592	22.027	20.212
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	27.484	22.010	20.211
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	108	17	1
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,65268	0,52321	0,48147

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	27.592	22.027	20.212
4.02	Outros Resultados Abrangentes	74	-352	19.478
4.02.01	Ajuste de conversão de moeda estrangeira	-2.070	-310	-174
4.02.02	Efeito da aplicação do CPC 42 / IAS 29	2.144	-42	10
4.02.03	Ajuste de avaliação patrimonial	0	0	19.642
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	27.666	21.675	39.690
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	27.558	21.658	39.689
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	108	17	1

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-11.177	17.336	10.773
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	31.938	48.799	51.966
6.01.01.01	Lucro / Prejuízo do Exercício	27.592	22.027	20.212
6.01.01.03	Juros, Variações Cambiais e Monetárias, liquidas	8.083	6.515	4.668
6.01.01.05	Depreciações e Amortizações	7.153	5.933	7.154
6.01.01.06	Outros	-7.091	-2.845	-151
6.01.01.07	Provisao de impostos sobre o lucro	-6.186	9.276	-7.771
6.01.01.08	(Reversão) provisao para contingências	268	1.053	258
6.01.01.09	Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-2.782	2.952	1.530
6.01.01.10	Provisão para estoques obsoletos	4.659	-111	-1.087
6.01.01.11	Baixa de ativo imobilizado	63	2.781	27.153
6.01.01.13	Plano de opções de ações	179	1.218	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-43.115	-31.463	-41.193
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-18.296	-4.441	-2.003
6.01.02.02	Estoques	-4.130	5.695	-24
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	4.455	-48.595	-348
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-1.059	765	97
6.01.02.05	Demais Contas a Receber	-6.977	-7.154	-5.076
6.01.02.06	Fornecedores	5.206	4.777	-5.544
6.01.02.08	Tributos a Recolher	430	1.512	-25.556
6.01.02.10	Demais Contas a Pagar	-22.562	10.157	-5.567
6.01.02.12	Depositos judiciais	597	765	4.804
6.01.02.13	Obrigações trabalhistas e sociais	-779	5.056	-1.976
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-8.587	-5.469	-35.273
6.02.01	Adições de Imobilizado	-9.088	-5.469	-9.285
6.02.04	Adições ao investimento em controladas	0	0	-25.988
6.02.05	Baixa de outros investimentos	501	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	19.292	-14.285	19.793
6.03.01	Ingresso de Empréstimos de Terceiros	140.541	106.521	137.801

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.03.02	Ingresso de Empréstimos de Partes Relacionadas	-114.890	-115.954	-124.218
6.03.04	Participações dos Acionistas não Controladores em Controladas	-104	-24	-69
6.03.06	Subscrição de ações	236	162	9.903
6.03.07	juros pagos	-6.491	-4.990	-3.624
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	40	-348	2.199
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-432	-2.766	-2.508
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	6.288	9.054	11.562
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.856	6.288	9.054

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	45.701	1.218	32.743	0	17.681	97.343	-338	97.005
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	45.701	1.218	32.743	0	17.681	97.343	-338	97.005
5.04	Transações de Capital com os Sócios	236	179	0	0	0	415	0	415
5.04.01	Aumentos de Capital	236	0	0	0	0	236	0	236
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	179	0	0	0	179	0	179
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	27.592	74	27.666	-104	27.562
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	27.592	0	27.592	0	27.592
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	74	74	-104	-30
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-2.070	-2.070	0	-2.070
5.05.02.06	Efeito de Aplicação das IAS 29 (Hiperinflação)	0	0	0	0	2.144	2.144	0	2.144
5.05.02.07	Participação de acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	-104	-104
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	27.592	-27.592	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.380	-27.592	0	-26.212	0	-26.212
5.06.04	Constituição de Reservas de incentivos fiscais	0	0	26.212	0	0	26.212	0	26.212
5.07	Saldos Finais	45.937	1.397	60.335	0	17.755	125.424	-442	124.982

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	45.539	0	10.716	0	18.033	74.288	-314	73.974
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	45.539	0	10.716	0	18.033	74.288	-314	73.974
5.04	Transações de Capital com os Sócios	162	1.218	0	0	0	1.380	0	1.380
5.04.01	Aumentos de Capital	162	0	0	0	0	162	0	162
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.218	0	0	0	1.218	0	1.218
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	22.027	-352	21.675	-24	21.651
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	22.027	0	22.027	0	22.027
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-352	-352	-24	-376
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-310	-310	0	-310
5.05.02.06	Efeito de Aplicação das IAS 29 (Hiperinflação)	0	0	0	0	-42	-42	0	-42
5.05.02.07	Participação de acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	-24	-24
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	22.027	-22.027	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	0	-22.027	0	-22.027	0	-22.027
5.06.04	Constituição de Reserva legal	0	0	1.101	0	0	1.101	0	1.101
5.06.05	Constituição de Reserva de Incentivos Fiscais	0	0	20.926	0	0	20.926	0	20.926
5.07	Saldos Finais	45.701	1.218	32.743	0	17.681	97.343	-338	97.005

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	35.636	0	0	-9.496	-1.793	24.347	-245	24.102
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	35.636	0	0	-9.496	-1.793	24.347	-245	24.102
5.04	Transações de Capital com os Sócios	9.903	0	0	0	0	9.903	0	9.903
5.04.01	Aumentos de Capital	9.903	0	0	0	0	9.903	0	9.903
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	29.708	19.826	49.534	-69	49.465
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	20.212	0	20.212	0	20.212
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	9.496	19.826	29.322	-69	29.253
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	174	174	0	174
5.05.02.06	Aborção de prejuízos	0	0	0	9.496	0	9.496	0	9.496
5.05.02.07	Ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	0	19.642	19.642	0	19.642
5.05.02.08	Efeito de aplicação das IAS 29 (Hiperinflação)	0	0	0	0	10	10	0	10
5.05.02.09	Participação de acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	-69	-69
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	10.716	-20.212	0	-9.496	0	-9.496
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	0	-20.212	0	-9.496	0	-9.496
5.06.04	Constituição de Reserva Legal	0	0	536	0	0	0	0	0
5.06.05	Constituição de Reserva de Incentivos Fiscais	0	0	10.180	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	45.539	0	10.716	0	18.033	74.288	-314	73.974

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

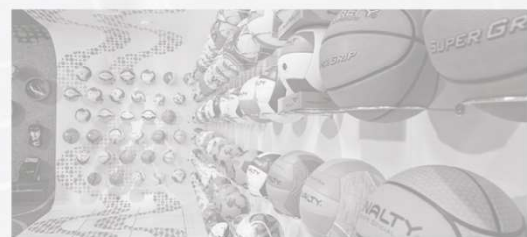
Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	288.347	213.458	231.340
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	275.943	174.873	208.563
7.01.02	Outras Receitas	15.186	35.633	21.247
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.782	2.952	1.530
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-154.426	-127.231	-113.574
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-85.241	-55.724	-61.953
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-69.185	-71.507	-51.621
7.03	Valor Adicionado Bruto	133.921	86.227	117.766
7.04	Retenções	-7.153	-5.933	-7.154
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-7.153	-5.933	-7.154
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	126.768	80.294	110.612
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	15.775	36.535	6.297
7.06.02	Receitas Financeiras	15.775	36.535	6.297
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	142.543	116.829	116.909
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	142.543	116.829	116.909
7.08.01	Pessoal	52.451	43.067	44.873
7.08.01.01	Remuneração Direta	49.585	40.106	41.036
7.08.01.02	Benefícios	2.011	2.009	2.612
7.08.01.03	F.G.T.S.	855	952	1.225
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	31.708	30.322	19.362
7.08.02.01	Federais	20.415	25.229	13.187
7.08.02.02	Estaduais	11.293	5.093	6.175
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	30.900	21.430	32.462
7.08.03.01	Juros	30.569	21.107	31.800
7.08.03.02	Aluguéis	331	323	662
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	27.484	22.010	20.212
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	27.592	22.027	20.211
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-108	-17	1



CAMBUCI SA
75 ANOS
PRODUZINDO
SONHOS
E HISTÓRIAS.



PENALTY
50 ANOS
TRADIÇÃO E
PIONEIRISMO
NO ESPORTE.





São Paulo, 24 de fevereiro de 2022 – A CAMBUCI S.A. (BM&FBOVESPA: CAMB3), divulga hoje os resultados do 4º trimestre de 2021. As informações financeiras são apresentadas de forma consolidada e foram preparadas de acordo com as normas do IFRS – *International Financial Reporting Standards* e as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), aplicáveis à Companhia.

B3: CAMB3**Cotação de fechamento**

R\$ 4,93 por ação
(em 30/12/2021)

Valor de mercado

R\$ 208,4 milhões
(em 30/12/2021)

Contato RI

Roberto Estefano – Diretor de RI
ri@cambuci.com.br
ri.cambuci.com.br
+55 11 4713-9500

DESTAQUES DO TRIMESTRE

- **Recorde de Receita Líquida no 4T21 com R\$ 90,8 milhões**, crescimento de 57,6% vs. 4T20. No ano, o crescimento foi de 53,4% (240,1MM em 2021 vs. 156,5MM em 2020)
- **Margem Bruta de 45,7% no trimestre**, +2,6p.p. vs. 4T20. Em 2021, atingimos margem de 46,9%, +1,9 p.p. vs. 2020.
- **EBITDA de R\$ 16,8 milhões no trimestre** vs. R\$ 10,9 milhões no 4T20, **com margem de 18,5%**. No ano, R\$ 43,3 milhões, com margem EBITDA sem eventos não recorrentes avançando 14 p.p. (18,0% em 2021 vs. 4,0% em 2020)
- **Lucro Líquido de R\$ 18,9 milhões no trimestre** vs. R\$ 5,1 milhões no 4T20, aumento de 270,6%. No ano, atingimos **R\$ 27,6 milhões** vs. R\$ 22 milhões em 2020, aumento de 25,5%.

Indicadores de Resultados R\$ Milhões	4T21	4T20	4T21 vs 4T20	12M21	12M20	12M21 vs 12M20
Receita Líquida	90,8	57,6	57,6%	240,1	156,5	53,4%
Lucro Bruto	41,5	24,8	67,3%	112,6	70,4	59,9%
<i>Margem Bruta</i>	<i>45,7%</i>	<i>43,1%</i>	<i>6,0%</i>	<i>46,9%</i>	<i>45,0%</i>	<i>4,2%</i>
Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas	(21,5)	(17,5)	22,9%	(67,1)	(61,8)	8,6%
EBITDA	16,8	10,9	54,1%	43,3	21,8	98,6%
<i>Margem EBITDA</i>	<i>18,5%</i>	<i>18,9%</i>	<i>-2,1%</i>	<i>18,0%</i>	<i>13,9%</i>	<i>29,5%</i>
EBITDA sem eventos não recorrentes	16,8	10,9	54,1%	43,3	6,2	598,4%
<i>Margem EBITDA sem eventos não recorrentes</i>	<i>18,5%</i>	<i>18,9%</i>	<i>-2,1%</i>	<i>18,0%</i>	<i>4,0%</i>	<i>350,0%</i>
Lucro líquido	18,9	5,1	270,6%	27,6	22,0	25,5%
<i>Margem lucro Líquida</i>	<i>20,8%</i>	<i>8,9%</i>	<i>133,7%</i>	<i>11,5%</i>	<i>14,1%</i>	<i>-18,4%</i>
Lucro líquido sem eventos não recorrentes	18,9	5,1	270,6%	27,6	(7,7)	458,4%
<i>Margem Líquida sem eventos não recorrentes</i>	<i>20,8%</i>	<i>8,9%</i>	<i>133,7%</i>	<i>11,5%</i>	<i>-4,9%</i>	<i>334,7%</i>
Nº de ações em circulação (milhões)	42,275	41,980		42,275	41,980	
Lucro por ação (R\$ / ação)	0,4471	0,1215		0,6529	0,5241	



CAMBUCI SA
75 ANOS
PRODUZINDO
SONHOS
E HISTÓRIAS.



Versão : 1
PENALTY
50 ANOS
TRADIÇÃO E
PIONEIRISMO
NO ESPORTE.

1. COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

No quarto trimestre de 2021, a Companhia consolidou seu forte ritmo de geração de resultados. Alcançamos o maior faturamento para um trimestre em nossa história. A Receita Líquida no 4T21 cresceu 57,6% vs. o 4T20. No ano, a receita avançou 53,4% em relação a 2020. A medida em que a imunização contra a COVID-19 avançou e a confiança das pessoas foi sendo restaurada, nossos esforços foram recompensados e nossas convicções confirmadas.

Nossa tese de que, após um forte terceiro trimestre, a estratégia conduzida pela Companhia convergiria para resultados ainda mais significativos no quarto trimestre foi confirmada. Nossa margem bruta atingiu 45,7% no 4T21 (+2,6 p.p em relação ao 4T20) e 46,9% no ano (+1,9 p.p em relação a 2020). A margem EBITDA alcançou 18,5% no trimestre, praticamente em linha com o 4T20. No ano, o EBITDA atingiu 18,0%, um aumento de 4,1 p.p em relação a 2020. O lucro líquido do trimestre atingiu R\$ 18,9 milhões, contra R\$ 5,1 milhões do 4T20 (+ 270,6%). No ano, o lucro líquido avançou 25,5% em relação a 2020, somando R\$ 27,6 milhões.

O quarto trimestre foi marcado por uma taxa de câmbio persistentemente elevada, o mercado previa um dólar a R\$ 5,20 no início do trimestre, a moeda americana fechou o 4T21 em R\$ 5,57. Somou-se a esse cenário a manutenção das dificuldades na cadeia de suprimentos internacional, com elevados custos de transporte e morosidade nos embarques de produtos importados. Notabiliza-se nesse contexto as vantagens competitivas da Companhia. Nossa produção local, preparada para se adequar rapidamente as necessidades da demanda, foi capaz de oferecer ao mercado um mix de produtos de qualidade superior, com entrega rápida, preços competitivos e design inovador. As exportações também avançaram, em reflexo as nossas vantagens frente a produtores internacionais.

Criamos mais que produtos, criamos valor. Seguimos comprometidos com a nossa estratégia de aumento de rentabilidade e liquidez, austeridade na condução de despesas, gestão ativa de estoques e controle do ciclo financeiro. Nossa dívida líquida alcançou 2,1x o EBITDA, contra 3x o EBITDA em 2020. Ajustamos nossos preços para absorver os impactos inflacionários e garantir aderência a nossa estratégia de margens superiores à média de mercado. Não há linha de chegada quando se trata de esforços para geração de valor. Permanecemos em constante estado de atenção em relação a melhoria dos principais indicadores de margem, giro e alavancagem.

No início de 2022, foi atribuída a Companhia, nota de Rating Corporativo BBB+.br pela Moody's Local, em reconhecimento a nossa forte presença de mercado, gestão e governança corporativa. A nota reforça o compromisso da Companhia com as melhores práticas e nos garantiu acesso

a emissão de debênture no valor de R\$ 50 milhões em 2022, alongando o perfil da dívida e reduzindo o custo do capital de giro.

Uma grande história se constrói com gente. Reforçamos nosso time com mais 762 pessoas em 2021, aumento de 47% da força de trabalho. Nossas unidades industriais estão prontas para atender à crescente demanda por nossos produtos. Investimos em tecnologia e ampliação da capacidade produtiva. A Companhia espera crescer, em faturamento, cerca de 40% em 2022.

Fazemos a diferença. Nossa bola ecológica Penalty S11 Ekoknit rola nos principais campeonatos e utiliza 4,5 garrafas PET recicladas em sua composição. Nossos calçados Max 1000, Max 500, Brasil 70 Locker, S11Locker e 7 Society compartilham da mesma inovação. Além disso, fomos a primeira marca a apresentar meias fabricadas com fio reciclado de PET. Ao todo, já retiramos mais de 400 mil garrafas PET da natureza. Optamos por adquirir energia de fontes limpas e renováveis e reprocessamos todo o EVA e a borracha dos nossos processos para garantir o menor impacto possível. A combinação perfeita entre tecnologia e sustentabilidade está presente no nosso dia a dia.

Nos gramados, nas quadras, na areia, nas trilhas e onde quer que haja esporte, estamos presentes. Em 2021 apresentamos nossas linhas de Beach Tennis e Bike, com produtos que trazem em seu DNA a performance, a qualidade e o design que são característicos da Penalty. Nossa equipe de marketing não mediu esforços para comunicar ao público as características especiais desses produtos, com ampla exposição nas redes sociais, e-commerce e pontos de venda, além do apoio do nosso time de atletas e influenciadores. Renovamos o portfólio da marca Stadium, com produtos de base de pirâmide e excelente custo-benefício.

Inovação, qualidade e confiabilidade à um clique dos nossos clientes. Nossa estratégia e-commerce está completamente alinhada com a política de marketing digital. Nossos atletas e influenciadores falam diretamente com os nossos clientes finais e estimulam o contato dos mesmos com os canais digitais e físicos. O website oficial da Penalty se estabelece cada vez mais junto aos clientes. O time de tecnologia tem trabalhado intensamente em nossa plataforma B2B.

Com a pandemia ficando no retrovisor, olhamos para frente e acreditamos em um 2022 de novos records. Estaremos ainda mais presentes nos esportes coletivos e individuais, cada vez mais digitais e convictos da nossa estratégia de crescimento, que combina criação de valor, responsabilidade financeira e satisfação dos nossos clientes.



CAMBUCI SA
75 ANOS
PRODUZINDO
SONHOS
E HISTÓRIAS.

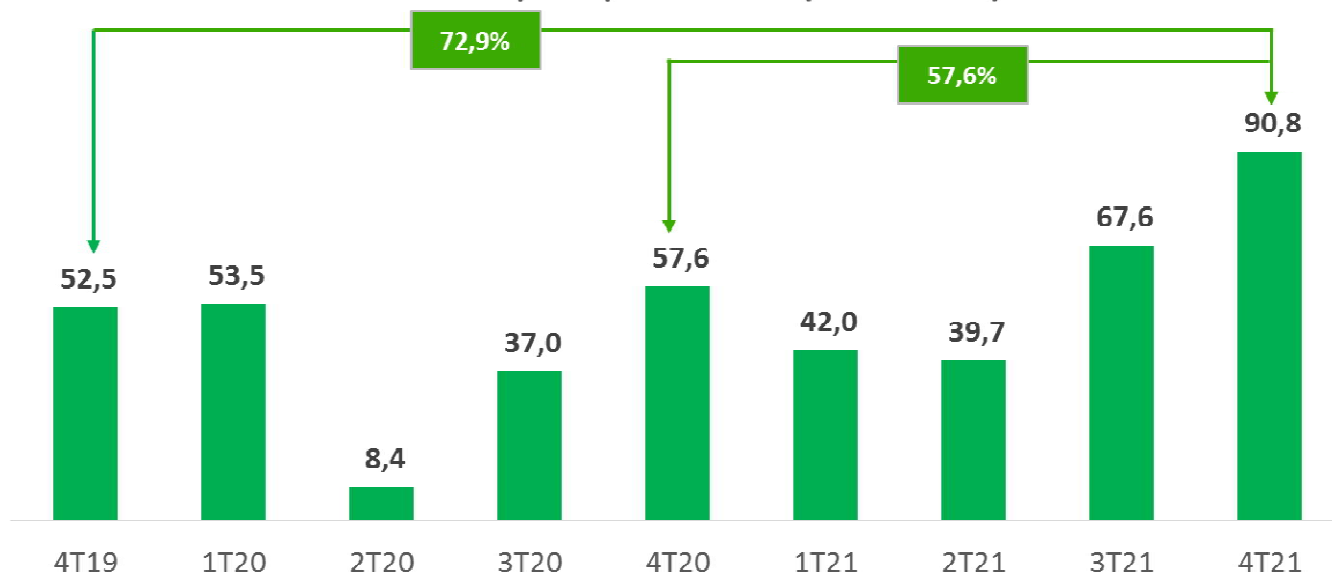


Versão : 1
PENALTY
50 ANOS
TRADIÇÃO E
PIONEIRISMO
NO ESPORTE.

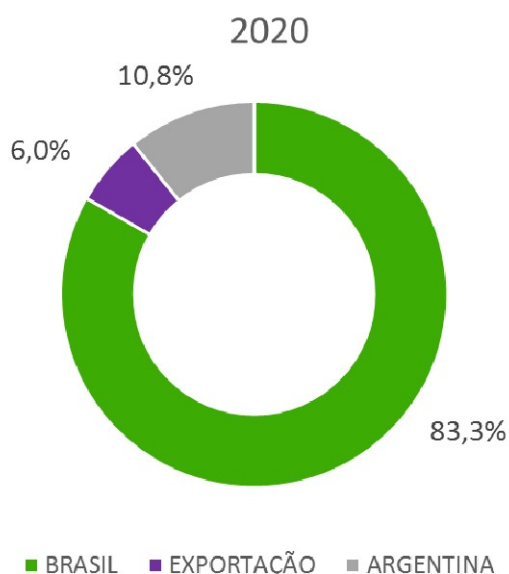
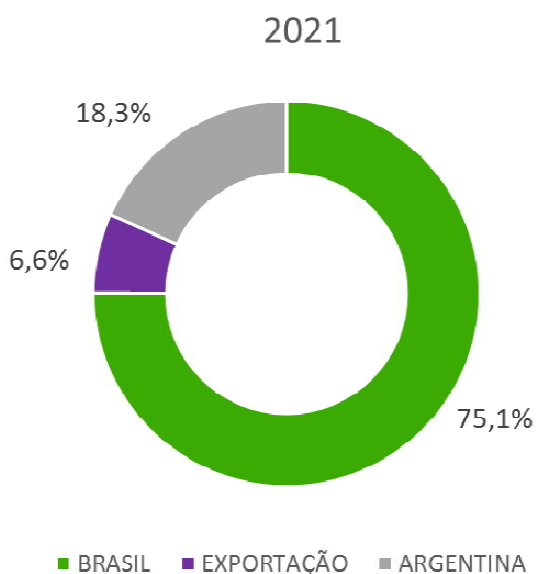
2. Receita Operacional

RECEITA LÍQUIDA

Receita Líquida por Período (R\$ milhões)



COMPOSIÇÃO DO FATURAMENTO





CAMBUCI SA
75 ANOS
PRODUZINDO
SONHOS
E HISTÓRIAS.



Versão : 1
PENALTY
50 ANOS
TRADIÇÃO E
PIONEIRISMO
NO ESPORTE.

3. Desempenho Financeiro

3.1 Lucro Bruto

Lucro Bruto R\$ Milhões	4T21	4T20	4T21 vs 4T20	12M21	12M20	12M21 vs 12M20
Receita Líquida	90,8	57,6	57,6%	240,1	156,5	53,4%
Custo dos Produtos Vendidos	(49,3)	(32,8)	50,3%	(127,5)	(86,1)	48,1%
Lucro Bruto	41,5	24,8	67,3%	112,6	70,4	59,9%
% da receita líquida	45,7%	43,1%	6,0%	46,9%	45,0%	4,2%

No 4T21 a margem bruta avançou 2,6 p.p., (45,7% no 4T21 vs. 43,1% no 4T20). No ano, o avanço na margem foi de 1,9 p.p. (46,9% em 2021 vs. 45,0% em 2020). O avanço do lucro bruto, em base nominal e em percentual da receita líquida reflete os esforços contínuos da Companhia com a redução de gastos de fabricação, mix de produtos de elevada lucratividade e política comercial que estimula o crescimento da receita e preserva as margens requeridas pela Companhia. Em 2021, nossos indicadores de lucro bruto são superiores não apenas a 2020, mas também em relação a 2019, período pré-pandemia da COVID-19.

3.2 Despesas com Vendas, G&A e Outras Receitas (Despesas)

a) Despesas com Vendas

Despesas com Vendas R\$ Milhões	4T21	4T20	4T21 vs 4T20	12M21	12M20	12M21 vs 12M20
Despesas com vendas	(12,8)	(8,9)	43,8%	(40,1)	(37,2)	7,8%
% da receita líquida	-14,1%	-15,5%	-9,0%	-16,7%	-23,8%	-29,8%

No 4T21, tivemos uma redução 1,4 p.p. na participação das despesas de vendas em relação a receita líquida. No ano, o percentual de despesas de venda sobre a receita foi de 16,7%, bastante inferior aos 23,8% de 2020. É importante destacar que no 4T21 a receita líquida cresceu 57,6% contra o 4T20 e no ano, o avanço foi de 53,4% em relação a 2020.

b) Despesas Gerais e Administrativas

Despesas Gerais e Administrativas R\$ Milhões	4T21	4T20	4T21 vs 4T20	12M21	12M20	12M21 vs 12M20
Despesas Gerais e Administrativas	(8,7)	(8,6)	1,2%	(27,0)	(24,6)	9,8%
% da receita líquida	-9,6%	-14,9%	-35,6%	-11,2%	-15,7%	-28,7%

No 4T21 houve redução de 5,3 p.p. na participação da receita líquida, comparado com o mesmo trimestre do ano anterior. No ano, a redução foi de 4,5 p.p. em relação a receita líquida. A Companhia recuperou fortemente seu nível operacional de receita sem incremento significativo de despesas gerais e administrativas.



3.3 Resultado Financeiro

Resultado Financeiro R\$ Milhões	4T21	4T20	4T21 vs 4T20	12M21	12M20	12M21 vs 12M20
Receitas Financeiras	3,9	2,9	34,5%	10,8	32,1	-66,4%
Juros e atualização monetária	0,2	0,3	-33,3%	2,3	1,0	130,0%
Atualização Fundap a receber	3,0	1,6	87,5%	5,9	4,0	47,5%
Atualização de créditos tributários	0,7	0,4	75,0%	-	26,5	-100,0%
Efeito da Aplicação do CPC 42/IAS 29	-	0,6	-100,0%	-	0,6	-100,0%
Outras receitas	-	-	-	2,6	-	100,0%
Despesas Financeiras	(9,6)	(4,7)	104,3%	(25,1)	(18,0)	39,4%
Juros s/empréstimos e financiamentos	(2,8)	(0,7)	300,0%	(12,0)	(8,6)	39,5%
Juros sobre fornecedores e impostos	(3,2)	(3,4)	-5,9%	(6,7)	(6,5)	3,1%
Efeito da Aplicação do CPC 42/IAS 29	(1,7)	-	100,0%	(1,7)	-	100,0%
Pis/Cofins s/Receitas Financeiras	-	(0,1)	-100,0%	-	(1,3)	-100,0%
Outras despesas	(1,9)	(0,5)	280,0%	(4,7)	(1,6)	193,8%
Variação cambial líquida	(0,2)	(2,3)	-91,3%	(0,5)	1,3	138,5%
Resultado Financeiro Líquido	(5,9)	(4,1)	43,9%	(14,8)	15,4	196,1%
(-) Eventos não recorrentes						
Atualização de créditos tributários	-	-	-	-	(26,5)	-
Resultado Financeiro Líquido sem eventos não recorrentes	(5,9)	(4,1)	43,9%	(14,8)	(11,1)	33,3%

O resultado financeiro líquido teve aumento de 43,9% no 4T21 comparado com o mesmo trimestre do ano anterior e 33,3% no comparativo anual quando excluído o efeito dos créditos tributários (R\$ 26,5 milhões). Esses incrementos ocorreram principalmente pelo maior nível de atividade operacional de 2021 e em virtude de redução de passivos mais onerosos.

3.4 Resultado Líquido

Resultado Líquido R\$ Milhões	4T21	4T20	4T21 vs 4T20	12M21	12M20	12M21 vs 12M20
Lucro	18,9	5,1	270,6%	27,6	22,0	25,5%
Margem líquida	20,8%	8,9%	133,7%	11,5%	14,1%	-18,4%
Eventos não recorrentes	-	-	-	-	(29,7)	-
Lucro sem eventos não recorrentes	18,9	5,1	270,6%	27,6	(7,7)	458,4%
Margem líquida sem eventos não recorrentes	20,8%	8,9%	133,7%	11,5%	-4,9%	334,7%

No 4T21 o lucro líquido alcançou R\$ 18,9 milhões, incremento de 270,6% em relação a 2020. No ano, o lucro alcançou 27,6 milhões, incremento de 458,4% em relação 2020, líquido de eventos não recorrentes.

O 4T21 consolidou o forte resultado que a Companhia já vinha gerando desde o 3T21, a medida em que o temor sobre a piora dos efeitos adversos de uma nova onda da COVID-19 foi se dissipando, o segundo semestre trouxe uma aceleração importante em termos de resultados operacionais. O resultado líquido do 4T21 e 2021 são superiores não apenas as suas bases de 2020, mas também em relação a 2019, período anterior a pandemia da COVID-19.



CAMBUCI SA
75 ANOS
PRODUZINDO
SONHOS
E HISTÓRIAS.



Versão : 1
PENALTY
50 ANOS
TRADIÇÃO E
PIONEIRISMO
NO ESPORTE.

3.5 EBITDA

Ebitda R\$ Milhões	4T21	4T20	4T21 vs 4T20	12M21	12M20	12M21 vs 12M20
Lucro líquido	18,9	5,1	270,6%	27,6	22,0	25,5%
(+) Depreciações e amortizações	2,0	1,3	53,8%	7,2	5,9	22,0%
(+/-) Resultado financeiro	5,8	4,1	-41,5%	14,8	(15,4)	196,1%
(+/-) IR / CSLL	(9,8)	0,4	-2550,0%	(6,2)	9,3	-166,7%
EBITDA	16,8	10,9	54,1%	43,3	21,8	98,6%
Eventos não recorrentes	-	-	-	-	(15,6)	-
EBITDA sem eventos não recorrentes	16,8	10,9	54,1%	43,3	6,2	598,4%
Receita líquida	90,8	57,6	57,6%	240,1	156,5	53,4%
Margem EBITDA	18,5%	18,9%	-2,1%	18,0%	13,9%	29,5%
Margem EBITDA sem eventos não recorrentes	18,5%	18,9%	-2,1%	18,0%	4,0%	350,0%

No 4T21, a margem EBITDA o foi de 18,5% praticamente em linha com o 4T20. No ano, sem efeito dos eventos não recorrentes, a margem EBITDA avançou 14 p.p. (18,0% em 2021 vs. 4,0% em 2020). Em termos nominais, o EBITDA alcançou R\$ 43,3 milhões em 2021, vs. R\$ 6,2 milhões em 2020 (sem eventos não recorrentes), um incremento de 598,4%. O melhor nível de receita em 2021 em conjunto com o aumento de margem bruta e controle de despesas foram fundamentais para os resultados alcançados.



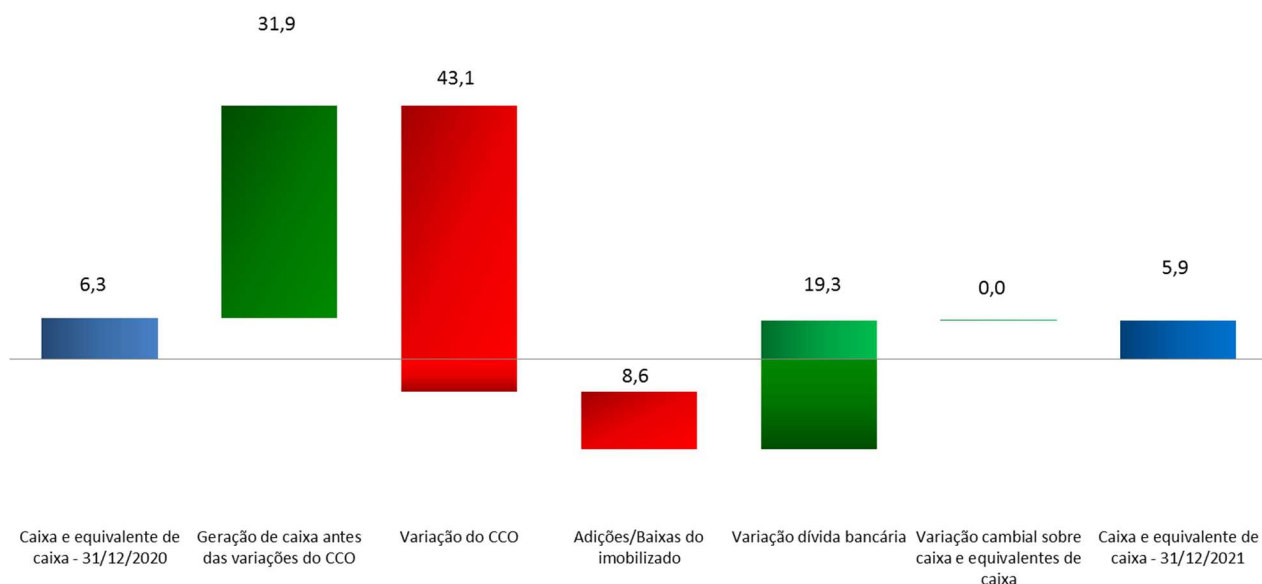
CAMBUCI SA
75 ANOS
PRODUZINDO
SONHOS
E HISTÓRIAS.



Versão : 1
PENALTY
50 ANOS
TRADIÇÃO E
PIONEIRISMO
NO ESPORTE.

3.6 Fluxo de Caixa

No trimestre, fechamos com o saldo de caixa em R\$ 5,9MM, contra R\$ 6,3MM em 31 de dezembro de 2020. A Companhia tem empenhado esforços permanentes na gestão de caixa a fim de comportar a expansão da atividade operacional, reduzir custo de capital e garantir uma liquidez adequada.



3.7 Dívida Líquida

Dívida Líquida R\$ Milhões	31/12/2021	31/12/2020	Varição
(-) Empréstimos, financiamentos e Debêntures	98,0	71,6	36,9%
Curto Prazo	62,5	39,1	59,8%
Longo Prazo	35,5	32,5	9,2%
(+) Caixa e equivalentes de caixa	5,9	6,3	-6,3%
Curto Prazo	5,9	6,3	-6,3%
Caixa (Dívida) Líquido(a)	(92,1)	(65,3)	41,0%
Dívida Líquida/EBITDA (LTM)	2,1	3,0	-28,9%

A Companhia encerrou o exercício com uma dívida líquida de R\$ 92,1MM, com um aumento de 41,0% em relação a 2020. O incremento na posição de 2021 se deu para acompanhar o avanço das atividades operacionais, capturar ganhos na substituição de linhas de crédito, reduzir passivos mais onerosos e modernizar parte do parque industrial. Com a emissão da debenture no 1T22, a Companhia alongará seu perfil de endividamento, liquidando compromissos de curto prazo e utilizando os recursos restantes da emissão para reforço de capital de giro.



CAMBUCI SA
75 ANOS
PRODUZINDO
SONHOS
E HISTÓRIAS.



Versão : 1
PENALTY
50 ANOS
TRADIÇÃO E
PIONEIRISMO
NO ESPORTE.

3.8 Estoques

Estoques R\$ Milhões	31/12/2021	31/12/2020	Varição
Produto Acabado	17,6	19,8	-11,2%
Matéria Prima	11,9	10,5	13,5%
Total	29,5	30,3	-2,6%

Redução de 2,6% em comparação ao final do exercício de 2020. Mesmo com o crescimento significativo da atividade operacional, os estoques se mantiveram em níveis estáveis. A Companhia persegue, ininterruptamente, a redução dos seus níveis de estoques de produtos acabados. A manutenção temporária de estoques de matérias-primas mais elevados, visa contornar as dificuldades na cadeia global de suprimentos, evitando assim rupturas no processo produtivo.



4. Balanço Patrimonial - Consolidado IFRS

Balanço Patrimonial – Consolidado IFRS R\$ Milhões	31/12/2021	31/12/2020
Ativo Total	318,9	281,5
Ativo Circulante	132,4	104,8
Caixa e equivalentes de caixa	5,9	6,3
Contas a receber	72,7	51,9
Estoques	29,5	30,3
Tributos a recuperar	11,6	9,7
Despesas pagas antecipadamente	1,4	0,3
Demais contas a receber	11,3	6,3
Ativo Não Circulante	186,5	176,7
Contas a receber	3,3	3,5
Depósitos judiciais	3,6	4,2
Tributos a recuperar	46,4	46,6
Despesas pagas antecipadamente	0,2	0,3
Demais contas a receber	41,1	38,8
Propriedade para investimento	60,9	53,8
Outros investimentos	0,5	1,0
Imobilizado	27,7	26,1
Intangível	2,8	2,4
Passivo Total	318,9	281,5
Passivo Circulante	122,6	109,7
Fornecedores	22,1	16,7
Empréstimos e financiamentos	62,5	39,1
Obrigações sociais e trabalhistas	9,6	10,4
Obrigações fiscais	13,4	10,7
Demais contas a pagar	15,0	32,8
Passivo Não Circulante	71,3	74,8
Empréstimos e financiamentos	35,5	32,5
Obrigações fiscais	24,7	26,8
Provisão para contingências	6,0	5,7
Demais contas a pagar	5,1	9,8
Patrimônio Líquido	125,0	97,0
Capital social	45,9	45,7
Reserva de capital	1,4	1,2
Reserva legal	3,0	1,6
Reserva de incentivos fiscais	57,3	31,1
Ajustes de avaliação patrimonial	19,6	19,6
Ajustes acumulados de conversão	(4,7)	(2,7)
Efeito de Aplicação das IAS 29 (Hiperinflação)	2,9	0,8
Participação acionistas não controladores	(0,4)	(0,3)



5. Demonstração de resultado

Demonstração do Resultado R\$ Milhões	CONSOLIDADO			
	Acumulado findo em		Trimestre findo em	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	240,1	156,5	90,8	57,6
Custo dos produtos vendidos	(127,5)	(86,1)	(49,3)	(32,8)
Lucro bruto	112,6	70,4	41,5	24,8
Despesas com vendas	(40,1)	(37,2)	(12,8)	(8,9)
Despesas gerais e administrativas	(27,0)	(24,6)	(8,7)	(8,6)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(9,2)	7,2	(5,1)	2,3
	(76,3)	(54,6)	(26,6)	(15,2)
Lucro operacional	36,3	15,8	14,9	9,6
Despesas financeiras	(30,6)	(21,0)	(12,9)	(6,3)
Receitas financeiras	15,8	36,5	7,0	2,2
	(14,8)	15,5	(5,9)	(4,1)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	21,5	31,3	9,0	5,5
Imposto de renda e contribuição social do período	6,1	(9,3)	9,8	(0,4)
Lucro antes da participação dos não controladores	27,6	22,0	18,8	5,1
Atribuível aos acionistas não controladores	0,1	-	0,1	-
Lucro líquido do exercício	27,7	22,0	18,9	5,1



6. Fluxo de caixa

Demonstração do Fluxo de Caixa R\$ Milhões	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	27,6	22,0
Ajustes p/reconciliar o resultado do período c/recursos provenientes de atividades operacionais:		
Impostos sobre o Lucro	(6,2)	9,3
Depreciação e amortização	7,2	5,9
Plano de opções de ações	0,2	1,2
(Reversão) provisão para contingências	0,3	1,1
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(2,8)	3,0
(Reversão) provisão para estoques obsoletos	4,7	(0,1)
Baixa de ativos imobilizado e intangível	0,1	2,8
Resultado de outros investimentos	(7,1)	(2,8)
Juros s/ empréstimos e financiamentos	8,1	6,5
	31,9	48,8
Redução/aumento nos ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes	(18,3)	(4,4)
Tributos a recuperar	4,5	(48,6)
Estoques	(4,1)	5,7
Despesas pagas antecipadamente	(1,1)	0,8
Demais contas a receber	(7,0)	(7,2)
Depositos judiciais	0,6	0,8
Obrigações trabalhistas e sociais	(0,8)	5,1
Fornecedores	5,2	4,8
Obrigações fiscais	0,4	1,5
Demais contas a pagar	(22,6)	10,2
	(43,1)	(31,5)
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(11,2)	17,3
FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições ao imobilizado e intangível	(9,1)	(5,5)
Baixas do investimento	0,5	-
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(8,6)	(5,5)
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e financiamentos captados	140,5	106,5
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(114,9)	(116,0)
Juros pagos	(6,5)	(5,0)
Subscrição de ações	0,2	0,2
Participação dos acionistas não controladores em controladas	(0,1)	(0,0)
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	19,3	(14,3)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	0,0	(0,3)
Redução no caixa e equivalentes	(0,4)	(2,8)
Disponibilidades no início do exercício	6,3	9,1
Disponibilidades no final do exercício	5,9	6,3
	(0,4)	(2,8)



CAMBUCI SA
75 ANOS
PRODUZINDO
SONHOS
E HISTÓRIAS.



PENALTY
50 ANOS
TRADIÇÃO E
PIONEIRISMO
NO ESPORTE.

7. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Companhia adota postura ética, responsável e transparente na condução de seus negócios e busca aperfeiçoar constantemente seus padrões de Governança Corporativa de acordo com as melhores práticas do mercado, tendo como principal objetivo preservar os direitos dos seus acionistas por meio de um tratamento equitativo, claro e aberto.

As boas práticas de Governança Corporativa convertem princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de aperfeiçoar e preservar o valor da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para sua longevidade.

8. SERVIÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, a Companhia declara que não contratou outros serviços da GF Auditores Independentes além daqueles relacionados à auditoria externa durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

A Companhia adota como política atender as regulamentações que definem as restrições de serviços dos auditores independentes. As informações contábeis da Companhia aqui apresentadas estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS– *International Financial Reporting Standards*, e são parte das demonstrações financeiras.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de trabalho por parte dos auditores independentes.

9. DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em conformidade às disposições constantes no artigo 25, parágrafo 1º, item 5 da Instrução CVM 480/09, declaramos que a diretoria revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras da Cambuci S.A. e com o relatório dos auditores independentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS

Apresentamos as notas explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras da Cambuci S.A., distribuídas da seguinte forma:

1. Contexto operacional
2. COVID-19
3. Relação de entidades controladas e consolidadas
4. Declaração da administração e base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras
5. Novas normas, alterações e interpretações de normas
6. Demonstrações financeiras consolidadas
7. Resumo das principais políticas contábeis
8. Política de gestão de risco
9. Caixa e equivalentes de caixa
10. Contas a receber
11. Estoques
12. Partes relacionadas
13. Tributos a recuperar
14. Despesas pagas antecipadamente
15. Demais contas a receber
16. Propriedades para investimento
17. Investimentos
18. Imobilizado
19. Intangível
20. Fornecedores
21. Empréstimos e financiamentos
22. Obrigações sociais e trabalhistas
23. Obrigações fiscais
24. Demais contas a pagar
25. Provisões para contingências
26. Patrimônio líquido
27. Instrumentos financeiros
28. Receita operacional líquida
29. Incentivos fiscais – Subvenção para investimentos
30. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas
31. Receitas financeiras e despesas financeiras
32. Despesas por natureza
33. Imposto de renda e contribuição social
34. Informações por segmento
35. Benefícios a empregados – Plano de opções
36. Cobertura de seguros
37. Eventos subsequentes

Notas Explicativas

OPERACIONAL

A Cambuci S.A. ("Cambuci" ou "Companhia") é uma Companhia por ações de capital aberto, com sede na Cidade de São Paulo - SP, registrada na Bolsa de Valores de São Paulo – BMF&BOVESPA com o código de negociação "CAMB3".

A Companhia tem como objetivo social a industrialização, comercialização, importação, exportação e representação de artigos esportivos e produtos em geral destinados a prática de esportes e atividades recreativas, tais como fios, tecidos, armarinhos, artigos de vestuário, bolsas, chapéus, calçados e acessórios de qualquer espécie, assim como a prestação de serviços de beneficiamento, marcação, estampa, colagem, tinturaria e bordados, por conta própria ou de terceiros, consultoria e assessoria administrativa, além da participação em outras Companhias como sócia ou acionista.

A Companhia possui plantas industriais nas cidades de Itabuna e Itajuípe, ambas no Estado da Bahia, e em Bayeux, no Estado da Paraíba.

Para o desenvolvimento de suas atividades comerciais no exterior, a Companhia, através de suas controladas, atua na Argentina e Uruguai. As unidades da Espanha, Paraguai e Chile estão com suas atividades paralisadas.

2. COVID-19

Iniciamos o ano de 2021 confiantes em todas as medidas adotadas durante o exercício de 2020 e preparados para um novo ciclo de crescimento da Companhia.

Com o aumento do número de casos no início de 2021, o governo retomou as medidas de enfrentamento ao COVID-19. Com isso, nossas vendas do 1º semestre foram fortemente impactadas, devido ao fechamento do comércio no varejo e restrições de operação. O avanço da imunização contra a COVID-19, o retorno das aulas presenciais e a reabertura de quadras esportivas, clubes recreativos e demais espaços de convivência, nos permitiu capturar parte importante do consumo proveniente da redução das medidas restritivas a partir do terceiro trimestre.

Apesar do nível de receita operacional líquida ter sido melhor no exercício de 2021 em relação ao mesmo exercício de 2020, os efeitos de um menor nível de atividades presenciais influenciaram no resultado operacional da Companhia, que teve registro de custo com ociosidade fabril (nota 30).

Desde o terceiro trimestre de 2021, a Companhia vem operando com a sua capacidade normal de produção.

A Administração da Companhia elabora suas análises de "stress" em suas operações, de forma que não se resumam à esta crise, estando com a convicção de que, os aprendizados deste período, se estenderão a efeitos benéficos em seus negócios, com ampliação das atividades físicas pela população, agilidade de respostas com seus parceiros comerciais, a não aceitação de ineficiências, adequação da carga tributária e de custos financeiros em operações de crédito à condições mais atraentes para o efetivo trabalho, produção e consumo, com menor valorização da especulação.

Neste cenário e nestas premissas a Administração, desde os primeiros momentos desta situação, tomou medidas para preservação dos negócios, com aumento de sua liquidez, revisão do volume de produção, com adequação do número de colaboradores e negociação de prazos e preços com fornecedores, ampliação dos critérios de concessão de créditos para seus clientes buscando minimizar inadimplências futuras, redirecionamento a fornecedores nacionais pela oscilação das taxas cambiais e demais atitudes inerentes a este momento de crise.

A Administração avaliou, até a data de emissão deste relatório, que as ações tomadas até o momento permitiram concluir que não existem quaisquer perdas relevantes a serem registradas nas demonstrações financeiras apresentadas.

Notas Explicativas DE ENTIDADES CONTROLADAS E CONSOLIDADAS

A Companhia não adquiriu empresa ou negócio no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

As informações consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais mantém controle acionário ou controle das atividades, direta ou indiretamente, conforme nota explicativa 6.

4. DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), em vigor em 31 de dezembro de 2021.

As demonstrações financeiras da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. Em resumo, sugere uma divulgação à luz da relevância da informação, considerando características qualitativas, quantitativas e os riscos para a Companhia.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão expressas em milhares de Reais (“R\$”), bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Os itens divulgados em Reais estão informados quando aplicáveis.

Não há em 31 de dezembro de 2021 ativos não circulantes mantidos para venda ou operações descontinuadas.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 22 de fevereiro de 2022.

4.2 Moeda funcional e apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de apresentação das demonstrações financeiras das controladas. As demonstrações financeiras de cada controlada, que também são aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade.

Para as controladas localizadas no exterior, os seus ativos e passivos monetários são convertidos de sua moeda funcional para Reais, utilizando a taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e as respectivas contas de receitas e despesas são apuradas pelas taxas médias mensais dos períodos. Já os ativos e passivos não monetários, são convertidos de sua moeda funcional para Reais pela taxa de câmbio da data da transação contábil (taxa histórica).

Os ganhos e perdas resultantes da variação cambial apurada sobre os investimentos em controladas no exterior, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, e os ganhos e perdas resultantes da variação cambial apurada no processo de consolidação das demonstrações contábeis da Companhia (*Cumulative Translation Adjustment* (“CTA”)), são reconhecidos na rubrica de outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

4.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras da Controladora e Consolidado é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas

Notas Explicativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação dessas demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras da Controladora e Consolidado incluem, portanto, estimativas referentes principalmente a provisão para impostos diferidos Nota 13, seleção da vida útil do ativo imobilizado Nota 18.2, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas Nota 25, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares Nota 27.

O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

4.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustado, quando requerido, para refletir o valor justo de certos ativos e passivos.

5. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia e suas controladas.

6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e suas controladas, conforme demonstrado a seguir:

		Participação no capital total - %		
		Sede (País)	31/12/2021	31/12/2020
Controladas Diretas				
Cambuci Importadora Ltda.	(i)	Brasil	99,99	99,99
Impar Paraguay S/A	(ii)	Paraguai	96,70	96,70
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	(i)	Brasil	98,00	98,00
Cambuci Trust S/A	(i)	Brasil	100,00	100,00
Latinline TRADE S/A	(vi)	Uruguai	100,00	100,00
Penalty Argentina S/A	(iii)	Argentina	95,00	95,00
Penalty Chile S/A	(iv)	Chile	100,00	100,00
Penalty Ibéria S.L	(v)	Espanha	100,00	100,00

(i) Cambuci Importadora Ltda., (“Cambuci Importadora”) sediada no Espírito Santo para importações de produtos para industrialização. Está ativa, mas sem movimento. A Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda. (“Impar Sports”), sediada na cidade de São Roque, tem como finalidade a comercialização de artigos do vestuário e complementos. A Cambuci Trust S/A (“Cambuci Trust”), sediada na cidade de São Roque, tem como finalidade a compra, venda ou locação de imóveis próprios, bem como participação societária em outras empresas.

(ii) Impar Paraguay, sediada na Cidade de Hernandarias no Paraguai, cuja moeda funcional é o Guarani, tem como objeto a produção, comercialização, importação e exportação de produtos esportivos e está sem operação.

(iii) Penalty Argentina S/A (“Penalty Argentina”), sediada na Cidade de Buenos Aires na Argentina, cuja moeda funcional é o Peso Argentino; tem como objeto a comercialização, importação e exportação de artigos esportivos.

Notas Explicativas

Chile S/A (“Penalty Chile”), sediada na Cidade de Santiago no Chile, cuja moeda funcional é o Peso Chileno; tem como objeto a comercialização e importação de artigos esportivos e está sem operação.

(v) Penalty Ibéria S.L. (“Penalty Ibéria”), sediada na Espanha, cuja moeda funcional é o Euro; tem como finalidade a comercialização e importação de artigos esportivos e está sem operação.

(vi) Latinline Trade S/A (“Latinline”), é uma sociedade constituída na República Oriental do Uruguai, cuja moeda funcional é o dólar, o objeto da sociedade é o desenvolvimento de atividades comerciais de vendas ao mercado asiático, através da cobrança de royalties.

Os exercícios contábeis das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora. As práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas controladas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas nas informações do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

O processo de consolidação previsto nos pronunciamentos CPC 36 (R3) e IFRS 10 corresponde à soma das contas patrimoniais e de resultado, complementado com as seguintes eliminações:

- a) As participações da Controladora no patrimônio líquido das controladas;
- b) Saldos de contas patrimoniais mantidos entre as empresas;
- c) Receitas e despesas decorrentes de operações comerciais e financeiras realizadas entre as empresas; e
- d) As parcelas do resultado do exercício e do ativo correspondentes aos ganhos e as perdas não realizados nas operações entre as empresas.

7. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável e é provável que os benefícios econômicos fluirão a favor da Companhia e suas controladas.

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

a.1) Receita de venda de mercadorias

A receita de venda de mercadorias é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. A Companhia e suas controladas não detêm mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida.

a.2) Receita financeira

As receitas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas financeiras.

b) Transações denominadas em moeda estrangeira

As controladas no exterior são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, cujos resultados anuais são reconhecidos na proporção da participação de investimento da Companhia e são

Notas Explicativas

como resultado de equivalência patrimonial. As atualizações da conta de investimentos decorrente de variação cambial são registradas no grupo de ajustes acumulados de conversão, no patrimônio líquido da controladora.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

c) Instrumentos financeiros

c.1) Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo e classificados numa das três categorias:

- Instrumentos financeiros ao custo amortizado;
- Instrumentos financeiros ao valor justo por meio dos resultados abrangentes; e
- Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Mensuração subsequente

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia altere o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Na norma contábil, a menos que um ativo financeiro tenha sido designado no momento inicial ao valor justo por meio do resultado (com o propósito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração contábil), os instrumentos de dívida devem ser classificados subsequentemente como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base nos seguintes itens:

- No modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros;
- Nas características de fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros (também denominado teste de “SPPJ” – Somente pagamento de principal e juros).

c.2) Passivos financeiros

Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: empréstimos e financiamentos e fornecedores.

c.3) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros reconhecidos são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal e tem-se a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c.4) *Impairment* de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros que não são classificados como ao valor justo por meio do resultado, são testados anualmente para identificação de indicadores de *impairment*. Ativos financeiros são considerados deteriorados quando existe evidência objetiva, como resultado de um ou mais eventos

Notas Explicativas

Ativos foram após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, de que os fluxos futuros estimados de caixa do investimento foram impactados.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis em até 90 dias a contar da data de contratação, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado” (Nota 9).

e) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e são deduzidas das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (*impairment*). As contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das Demonstrações Financeiras.

Informações referentes à abertura das contas a receber em valores a vencer e vencidos estão demonstradas na Nota 10.

f) Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor realizável líquido. O valor realizável líquido é apurado pela diferença entre o preço de venda na operação normal da Companhia, reduzido os custos incorridos para realizar a venda. As perdas estimadas para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas levando em consideração o histórico de vendas destes estoques, na qual a Companhia recupera parte deste custo, resultando num percentual médio de não recuperação que se aplica ao saldo dos estoques classificados como de baixa rotatividade ou obsoletos.

A Administração da Companhia considera que foram constituídas perdas estimadas em montante suficiente para os estoques de baixa rotatividade ou obsoletos.

g) Investimentos

Na controladora, os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados ao custo de aquisição e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.

h) Propriedade para investimento

A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

i) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. As depreciações dos bens são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 18 e leva em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens. A vida útil dos ativos é revisada e ajustada, se apropriada, ao final de cada exercício. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.

j) Intangível

São mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis da Companhia possuem vida útil definida. As amortizações são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 19.

Notas Explicativas

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido à Companhia não consideradas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de uma Companhia de ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de indicativos de *impairment* sempre que eventos ou circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual é representado pelo maior valor entre (i) o valor justo do ativo menos seus custos de venda; e (ii) o seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado. O valor em uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros.

Para fins de teste de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais exista fluxos de caixa identificáveis, que podem ser a unidade geradora de caixas “UGC’s” ou segmentos operacionais. A Companhia utiliza a sua única “UGC” para realizar esse teste.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, quando aplicável, a Companhia efetuou as provisões para redução ao valor recuperável de seus ativos.

l) Outros ativos e passivos

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

m) Tributação

m.1) Imposto de renda e contribuição social

Quando aplicável, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Notas Explicativas

n) Ajustes a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de curto prazo são ajustados pelo seu valor presente, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa das transações e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de receitas financeiras, no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

o) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são registradas pelo valor faturado. Quando aplicável, são registradas a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

p) Empréstimos e financiamentos

Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

q) Ativos e passivos contingentes e depósitos judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e depósitos judiciais são efetuados de acordo com o CPC 25 e IAS 37 da seguinte forma:

(i) ativos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

(ii) passivos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que a probabilidade de perda é provável. Nos casos do não reconhecimento, a Companhia divulga os principais processos de perda possível na Nota 25.

(iii) depósitos judiciais – são mantidos no ativo não circulante sem a dedução das correspondentes provisões para contingências ou obrigações legais, a menos que tal depósito seja legalmente compensável contra o passivo e a Companhia pretenda compensar tais valores.

r) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que, saída de recursos sejam requeridas para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando há a expectativa de que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Notas Explicativas

O plano de remuneração baseado em ações para executivos da Companhia é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes da determinação do valor justo estão descritos na nota explicativa nº 35.

O valor justo das opções de compra determinados na data da outorga de cada plano é registrado pelo método linear como despesa no resultado durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas sobre quais opções concedidas serão exercidas. Na data de encerramento de cada exercício, a Administração revisa as estimativas de expectativas de ações a serem exercidas.

t) Arrendamentos

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito e uso dos ativos subjacentes.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração, dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Os passivos de arrendamento da Companhia estão apresentados na rubrica de “Demais contas a pagar” (nota 24).

u) Economia hiperinflacionária

De acordo com o CPC 42/IAS 29, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de subsidiárias que operam em economias altamente inflacionárias são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços.

As demonstrações financeiras de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para Real na taxa de câmbio de fechamento do exercício.

Como consequência do exposto acima, a Companhia aplicou a contabilidade de economia altamente inflacionária para a sua subsidiária na Argentina aplicando as regras da CPC 42/IAS 29.

8. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO

A Cambuci adota procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito em conformidade com a política financeira aprovada pelo Conselho de Administração. O objetivo da gestão de riscos é proteger o fluxo de caixa da Companhia e reduzir as ameaças ao financiamento do seu capital de giro operacional e de programas de investimento.

(i) Risco de mercado

A Administração da Cambuci elabora uma análise de sensibilidade e de cenários adversos possível e remoto para cada tipo de risco de mercado a que está exposta e está apresentada na Nota 27.3.

As exposições a risco de mercado são constantemente monitoradas, especialmente os fatores de risco relacionados às variações cambiais e de taxas de juros, que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros, fluxos de caixa futuros e investimentos líquidos.

Notas Explicativas

Os instrumentos financeiros que estão reconhecidos pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, em determinadas operações poderiam ocorrer variações caso a Companhia e suas controladas resolvessem liquidá-los antecipadamente.

a) Exposição a riscos cambiais

A política de gestão de risco de câmbio da Cambuci se concentra na diminuição, mitigação ou transferência de exposições aos riscos de mercado.

A Cambuci administra sua exposição às taxas de câmbio através do acompanhamento da composição da dívida e das contas a receber em moeda estrangeira. A política financeira da Cambuci para gestão de riscos cambiais prevê os limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, os quais são observados continuamente pela sua Administração.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Cambuci está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita, principalmente, à variação da taxa de juros de longo prazo (“TJLP”) e da variação do certificado de depósito interbancário (“CDI diário”).

c) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Cambuci à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas a receber de clientes, para as quais a Companhia fica exposta ao risco de liquidez do cliente envolvido.

Com relação ao risco de crédito de clientes, a Cambuci tem como mecanismos de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito e a obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de contas a receber de clientes encontra-se líquido de perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa. Em caso de eventual constatação de risco iminente de crédito nas contas a receber, a Administração da Companhia constitui perdas estimadas para trazê-las ao seu valor provável de realização.

d) Riscos de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A previsão de fluxo de caixa da Companhia é realizada pelo Departamento de Finanças. Essa área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros da Cambuci por faixas de vencimento, correspondentes ao exercício remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Esses valores são calculados a partir de fluxos de caixa não descontados e podem não ser conciliados com os valores do balanço patrimonial.

	Consolidado			
	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total
Fornecedores	22.072	-	-	22.072
Empréstimos e financiamentos	62.522	24.509	10.942	97.973
	84.594	24.509	10.942	120.045

Notas Explicativas**9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	8	8	136	47
Bancos conta movimento	569	1.977	3.335	3.955
Aplicações financeiras	210	2.100	2.385	2.286
	787	4.085	5.856	6.288

As aplicações financeiras são representadas substancialmente por certificados de depósitos bancários (“CDB”) e refletem as condições usuais de mercado, cujo vencimento é igual ou inferior a 90 dias possuem liquidez imediata e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros.

10. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber no Brasil	70.307	59.671	86.434	68.661
Contas a receber no Exterior	2.802	2.734	3.262	3.163
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(9.091)	(11.563)	(13.650)	(16.432)
	64.018	50.842	76.046	55.392
Ativo Circulante	60.683	47.411	72.702	51.913
Ativo Não Circulante	3.335	3.431	3.344	3.479
	64.018	50.842	76.046	55.392

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Títulos Vencidos - terceiros				
Até 30 dias	2.246	918	3.893	1.908
De 31 a 120 dias	1.150	344	1.150	382
De 121 a 180 dias	388	254	418	256
A partir de 181 dias	8.696	11.956	11.193	14.477
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(9.091)	(11.563)	(13.650)	(16.432)
Total dos títulos vencidos - terceiros	3.389	1.909	3.004	591
Títulos a vencer - terceiros	60.629	48.933	73.042	54.801
Total da carteira de clientes - terceiros	64.018	50.842	76.046	55.392

A movimentação do saldo de perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo da PECLD no início do exercício	(11.563)	(10.180)	(16.432)	(13.480)
(Adições) / reversões do exercício	1.312	(2.029)	1.622	(3.598)
Baixa de títulos considerados incobráveis	1.160	646	1.160	646
Saldo da PECLD no final do exercício	(9.091)	(11.563)	(13.650)	(16.432)

A metodologia utilizada pela Companhia para o reconhecimento de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) baseia-se na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a garantia real para os débitos e é composta pela somatória de 50% do montante dos títulos vencidos entre 121 e 180 dias, 95% do montante dos títulos vencidos há mais de 180 dias e 100% dos títulos em cobrança judicial. A Administração da

Companhia considera essa metodologia suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. A classificação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa no resultado é

Notas Explicativas

operacionais em despesa com vendas. Os títulos a receber com as empresas ligadas não estão considerados neste cálculo.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tinha recebíveis oferecidos em garantia a determinados empréstimos e financiamentos.

11. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Produtos acabados	7.812	13.674	13.037	18.604
Importação em andamento	5.795	2.211	5.795	2.211
Produtos em elaboração	1.113	920	1.113	920
Matérias-primas	7.516	8.564	9.515	8.611
	22.236	25.369	29.460	30.346

Os gastos com importações em andamento estão relacionados, principalmente, às operações de aquisição de matéria-prima e produtos acabados da Companhia.

Os estoques estão segurados contra incêndio. Sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de riscos envolvidos.

A Companhia tem como política avaliar periodicamente o giro dos estoques, e para os itens de baixa rotatividade ou obsoletos, são constituídas provisões com perdas.

A movimentação das perdas estimadas para os estoques está assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo da Provisão Obsolescência no início do exercício	(743)	(678)	(878)	(989)
Provisão do exercício	(4.716)	(124)	(4.742)	(124)
Reversão (Perdas) do exercício	138	59	84	235
Saldo da Provisão Obsolescência no final do exercício	(5.321)	(743)	(5.536)	(878)

A elevação deste saldo em 2021 é justificada em função das perdas estimadas sobre os estoques de matérias-primas, causadas pelas chuvas ocorridas na filial de Itabuna, ao final de dezembro de 2021. A Companhia está avaliando a recuperabilidade destes materiais em seu processo produtivo, porém, não concluiu esta análise até o encerramento destas demonstrações financeiras. O valor da provisão para perdas foi reconhecido no resultado do exercício, na rubrica outras despesas operacionais.

12. PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém transações com partes relacionadas durante o curso normal de suas operações e atividades e considera que todas as condições estipuladas nos contratos pactuados atendem aos seus interesses.

As transações entre a Controladora e as suas controladas são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes.

Notas Explicativas

	31/12/2021		Transações no resultado de Janeiro a Dezembro 2021	
	Não Circulante	Não Circulante	Venda de Produtos	Compra de Mat.Primas, Produtos acabados e serviços
	Crédito com partes relacionadas	Débito com partes relacionadas		
Controladas				
Cambuci Importadora Ltda.	24.542	-	-	-
Cambuci Trust S/A	-	5.172	-	-
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	36.940	-	20.554	-
Latinline TRADE S/A	274	-	-	-
Penalty Chile S/A	7.597	-	-	-
Penalty Ibéria S.L	77	-	-	-
Penalty Argentina S/A	9.726	-	13.294	1.116
	79.156	5.172	33.848	1.116

	31/12/2020		Transações no resultado de Janeiro a Dezembro de 2020	
	Não Circulante	Não Circulante	Venda de Produtos	Compra de Mat.Primas, Produtos acabados e serviços
	Crédito com partes relacionadas	Débito com partes relacionadas		
Controladas				
Cambuci Importadora Ltda.	19.256	-	-	-
Cambuci Trust S/A	-	2.590	-	-
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	25.695	-	5.398	109
Latinline TRADE S/A	2.664	-	-	-
Penalty Chile S/A	8.422	-	-	-
Penalty Ibéria S.L	77	-	-	-
Penalty Argentina S/A	7.996	-	5.197	-
	64.110	2.590	10.595	109

As transações de vendas realizadas com as controladas referem-se a vendas de produtos para abastecimento dos mercados onde as mesmas estão sediadas.

Os saldos com as controladas, classificados em “Partes relacionadas”, no ativo não circulante, conforme quadro acima, são referentes a conta correntes operacionais entre as empresas do Grupo.

Todos os saldos e transações mantidos entre a Companhia e suas controladas foram eliminados na consolidação.

No curso dos negócios da Companhia, os acionistas realizam operações comerciais e financeiras entre si. Todas as operações com partes relacionadas estão de acordo com os termos e condições que normalmente são praticados no mercado. Os saldos de mútuo com os acionistas em 31 de dezembro de 2021 (nota 24) correspondem a R\$ 1.481 (R\$ 1.733 em 31 de dezembro de 2020) e estão sujeitos a encargos financeiros e não há prazo de pagamento.

A Companhia está de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (“Lei das S.A.”), que proíbe diretores e conselheiros de: (i) realizar quaisquer atos de liberdade com a utilização de ativos da Companhia e em detrimento desta; (ii) intervir em quaisquer operações em que tais diretores e conselheiros tenham interesse conflitante com o da Companhia ou nas deliberações de que participarem; e (iii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal de terceiros, direta ou indireta, sem autorização concedida pelo órgão competente.

(i) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia considerou como “pessoal-chave da administração” os membros do conselho de administração, do conselho fiscal e os integrantes da sua diretoria. Em 31 de dezembro de 2021, o montante acumulado referente à remuneração do pessoal-chave da administração foi de R\$ 2.589 (R\$ 2.781 em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1), a Companhia não possui programa de remuneração de benefícios de curto ou longo prazo a empregados ou administradores, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, exceto pela remuneração baseada em ações, conforme descrito na nota 35.

13. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS)	132	460	799	527
Imposto sobre produto industrializado (IPI)	86	330	163	363
Programa de Integração Social (PIS)	(i) 8.443	8.991	8.559	8.991
Contribuição para Seguridade Social (COFINS)	(i) 26.076	29.635	26.604	29.635
Imposto sobre valor agregado (IVA)	-	-	688	1.165
IRPJ	(ii) 4.955	307	5.435	592
Contribuição Social	(ii) 1.794	120	1.794	120
IR e CSLL diferidos	13.376	14.485	13.376	14.485
Outros	93	135	518	469
	54.955	54.463	57.936	56.347
Circulante	8.570	7.851	11.551	9.735
Não Circulante	46.385	46.612	46.385	46.612

- (i) Refere-se principalmente ao êxito em ação judicial com trânsito em julgado, que questionou a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS.
- (ii) Em 23 de setembro de 2021, o Superior Tribunal Federal (“STF”) julgou em decisão plenária, por unanimidade, a não incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores relativos à taxa Selic envolvendo créditos fiscais recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Em relação a este assunto, a Companhia impetrou mandado de segurança com pedido de liminar em 02/08/2021, objetivando assegurar o reconhecimento da não incidência destes tributos sobre os valores de atualização monetária e juros de mora, dentre eles a Selic, onde obteve êxito no 4º trimestre. A Companhia registrou a sua melhor estimativa até a presente data, no valor de R\$ 6.243, visto que a realização do ganho é líquido e certo.

13.1 Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Os impostos diferidos ativos foram reconhecidos sobre as diferenças temporárias e prejuízo fiscal e base negativa da Controladora, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais tributos diferidos possam ser utilizados. Os montantes são calculados com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente nas datas dos balanços.

As origens estão demonstradas a seguir:

	31/12/2021	
	IRPJ	CSLL
Perdas estimadas em ativos	6.579	6.579
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	5.949	5.949
Provisões para perdas em investimentos	330	330
Plano de opções de ações	1.397	1.397
Prejuízo fiscal e base negativa (i)	25.091	25.070
Total do ativo fiscal diferido	39.346	39.325
Alíquota nominais	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.837	3.539

Notas Explicativas estão suportados por estudos técnicos de viabilidade, os quais demonstram projeções de resultados futuros tributáveis, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em um período não superior a 10 anos. Os estudos técnicos de viabilidade foram submetidos e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia.

Apesar dos efeitos da pandemia COVID-19, a Administração manteve as expectativas de realização dos lucros tributáveis projetados para os exercícios futuros.

As movimentações dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão demonstradas a seguir:

	31/12/2021	
	IRPJ	CSLL
Saldos em 31 de dezembro de 2020	10.651	3.834
(+) Complemento conforme expectativa de realização	2.617	940
(-) Realização dos créditos fiscais diferidos ativos	(3.431)	(1.235)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	9.837	3.539

13.2 Realização do Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados à medida que estas sejam liquidadas ou realizadas. O período de liquidação ou realização de tais diferenças é imprevisível e está vinculado a diversos fatores que não estão sob o controle da Administração.

Na estimativa de realização dos créditos fiscais diferidos ativos, constituídos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, a Administração considera seu plano orçamentário e estratégico, ajustados com base nas estimativas das principais adições e exclusões fiscais. Com base nesta estimativa a Administração acredita que é provável que os impostos diferidos sejam realizados, conforme demonstrado abaixo, entretanto, essa estimativa pode não se concretizar nos próximos exercícios, se as estimativas de lucro tributável futuro não se confirmarem.

Baseada nas projeções de resultados para os exercícios seguintes, estimamos o seguinte cronograma de recuperação dos créditos fiscais:

Período	Controladora
2022	2.052
2023	1.866
2024	1.926
2025 em diante	7.532
	13.376

14. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Os saldos que compõem essa rubrica no ativo circulante e não circulante, correspondem a antecipações de recursos relacionados a contratos de patrocínios e prêmios de seguros.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Confederação e Federações	1.149	88	1.149	88
Seguros	502	504	502	504
	1.651	592	1.651	592
Circulante	1.404	284	1.404	284
Não Circulante	247	308	247	308

Os valores registrados em Confederação e Federações referem-se a patrocínios que são alocados ao resultado de acordo com a vigência dos contratos.

Notas Explicativas**15. DEMAIS CONTAS A RECEBER**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Valor a receber de terceiros	-	-	352	3.492
Despachante aduaneiro	486	65	486	65
Alugueis a receber	612	906	612	906
PECLD	(59)	(402)	(59)	(402)
Ganho sentença ref. indenização contratual	3.472	2.857	3.472	2.857
Adiantamentos a fornecedores	1.159	891	1.159	891
Valor Fundap a liberar (i)	-	-	40.690	34.788
Saldos vinculados - Banco Santander e Daycoval	393	79	393	79
Outros	670	295	5.066	2.320
	6.733	4.691	52.171	44.996
Circulante	6.607	4.565	11.171	6.221
Não Circulante	126	126	41.000	38.775

(i) Trata-se de ação indenizatória movida contra o BANDES, com sentença favorável proferida pelo TJ/ES, a qual não cabe rediscussão nos tribunais superiores.

16. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

Refere-se a imóvel da subsidiária Cambuci Trust S/A, ajustado pelo valor justo em 31 de dezembro de 2021, conforme laudo de avaliação elaborado por empresa especializada contratada pela Companhia, com utilização de técnicas com base em preços de mercado atualizados.

17. INVESTIMENTOS

(a) Informações sobre as controladas

Investimento da controladora	Participação no capital total %	Controladora			
		Lucro (prejuízo) do período		Patrimônio líquido	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Controladas					
Cambuci Importadora Ltda.	99,99	416	70	(10.476)	(10.877)
Impar Paraguay S/A	96,70	(433)	-	1.141	1.468
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	98,00	(7.911)	(819)	(26.873)	(18.962)
Latinline TRADE S/A	100,00	(1.458)	(327)	409	1.823
Penalty Argentina S/A	95,00	7.931	1.332	8.807	(426)
Penalty Chile S/A	100,00	642	(920)	(8.513)	(10.205)
Penalty Ibéria S.L	100,00	-	(288)	(77)	(77)
Cambuci Trust S/A	100,00	13.652	4.317	64.816	51.163
		12.839	3.365	29.234	13.907

Notas Explicativas de dezembro de 2021, a movimentação dos investimentos e da provisão para perda em investimentos, foram as seguintes:

	31/12/2020	Equivalência patrimonial	Ajuste de conversão	Aumento de capital	Transferência entre contas	31/12/2021
Investimentos em controladas						
Latinline TRADE S/A	1.823	(1.458)	45	-	-	410
Penalty Argentina S/A	-	7.931	(322)	1.624	(426)	8.807
Cambuci Trust S/A	51.163	13.652	-	-	-	64.815
Impar Paraguay S/A	1.468	(433)	106	-	-	1.141
	54.454	19.692	(171)	1.624	(426)	75.173
Provisão para perdas em investimentos						
Cambuci Importadora Ltda.	(10.877)	416	(15)	-	-	(10.476)
Penalty Argentina S/A	(426)	-	-	-	426	-
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	(18.962)	(7.911)	-	-	-	(26.873)
Penalty Chile S/A	(10.205)	642	1.050	-	-	(8.513)
Penalty Ibéria S.L	(77)	-	-	-	-	(77)
	(40.547)	(6.853)	1.035	-	426	(45.939)

A Companhia adota como prática constituir provisão para perda em controladas em valor correspondente a participação societária sobre o patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto), percentual este que corresponde à sua obrigação perante o prejuízo da Controlada. Essa provisão é classificada no passivo não circulante, na rubrica “Provisão para perda em controladas”, tendo como contrapartida a conta de “resultado de equivalência patrimonial”.

Em abril 2021, houve aumento de capital na controlada Penalty Argentina S/A no total de R\$ 1.709, com participação da Cambuci em R\$ 1.624 e a Cambuci Importadora em R\$ 85.

18. IMOBILIZADO

Os saldos do imobilizado estão demonstrados nos quadros abaixo:

		Controladora								
		Taxa de Depreciação			31/12/2021			31/12/2020		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Terreno		31	-	31	31	-	31	31	-	31
Edificações	2 a 4 %	10.640	(6.933)	3.707	10.641	(6.756)	3.885	10.641	(6.756)	3.885
Máquinas e equipamentos	6,67%	38.391	(27.655)	10.736	35.958	(25.966)	9.992	35.958	(25.966)	9.992
Equipamentos de computação	25%	6.060	(5.637)	423	5.914	(5.327)	587	5.914	(5.327)	587
Instalações	10%	5.068	(2.253)	2.815	4.976	(1.765)	3.211	4.976	(1.765)	3.211
Móveis e utensílios	8,33%	9.662	(8.104)	1.558	9.613	(7.440)	2.173	9.613	(7.440)	2.173
Outros ativos imobilizados	10 a 25%	20.150	(15.526)	4.624	15.619	(13.171)	2.448	15.619	(13.171)	2.448
Imobilizado em andamento		47	-	47	20	-	20	20	-	20
		90.049	(66.108)	23.941	82.772	(60.425)	22.347	82.772	(60.425)	22.347

		Consolidado								
		Taxa de Depreciação			31/12/2021			31/12/2020		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Terreno		571	-	571	571	-	571	571	-	571
Edificações	2 a 4 %	10.641	(6.933)	3.708	10.657	(6.760)	3.897	10.657	(6.760)	3.897
Máquinas e equipamentos	6,67%	38.824	(27.979)	10.845	36.287	(26.225)	10.062	36.287	(26.225)	10.062
Equipamentos de computação	25%	6.871	(6.307)	564	6.524	(5.806)	718	6.524	(5.806)	718
Instalações	10%	5.133	(2.279)	2.854	5.019	(1.779)	3.240	5.019	(1.779)	3.240
Móveis e utensílios	8,33%	12.686	(10.333)	2.353	12.406	(9.272)	3.134	12.406	(9.272)	3.134
Outros ativos imobilizados	10 a 25%	22.549	(15.756)	6.793	17.665	(13.187)	4.478	17.665	(13.187)	4.478
Imobilizado em andamento		47	-	47	20	(1)	19	20	(1)	19
		97.322	(69.587)	27.735	89.149	(63.030)	26.119	89.149	(63.030)	26.119

Notas Explicativas A avaliação do imobilizado está demonstrada no quadro abaixo:

					Controladora
	31/12/2020	Adição	Baixa	Depreciação	31/12/2021
Terreno	31	-	-	-	31
Edificações	3.885	-	-	(178)	3.707
Máquinas e equipamentos	9.992	2.466	(33)	(1.689)	10.736
Equipamentos de computação	587	148	(1)	(311)	423
Instalações	3.211	92	-	(488)	2.815
Móveis e utensílios	2.173	50	-	(665)	1.558
Outros ativos imobilizados	2.448	4.562	(30)	(2.356)	4.624
Imobilizado em andamento	20	27	-	-	47
	22.347	7.345	(64)	(5.687)	23.941

							Consolidado
	31/12/2020	Adição	Baixa	Depreciação	Variação cambial	Transfêrência	31/12/2021
Terreno	571	-	-	-	-	-	571
Edificações	3.897	-	-	(179)	-	(10)	3.708
Máquinas e equipamentos	10.062	2.509	(32)	(1.697)	3	-	10.845
Equipamentos de computação	718	175	(1)	(344)	16	-	564
Instalações	3.240	93	-	(493)	4	10	2.854
Móveis e utensílios	3.134	52	-	(843)	10	-	2.353
Outros ativos imobilizados	4.478	5.143	(30)	(2.905)	107	-	6.793
Imobilizado em andamento	19	28	-	-	-	-	47
	26.119	8.000	(63)	(6.461)	140	-	27.735

18.1 Revisão da vida útil dos bens do ativo imobilizado

As seguintes vidas úteis são utilizadas para cálculo da depreciação:

	Vida útil dos ativos imobilizados	
	31/12/2021	31/12/2020
Edificações	25 a 60 anos	25 a 60 anos
Máquinas e equipamentos	10 a 15 anos	10 a 15 anos
Equipamentos de computação	4 anos	4 anos
Instalações	10 anos	10 anos
Móveis e utensílios	12 anos	12 anos
Outros ativos imobilizados	4 a 10 anos	4 a 10 anos

As máquinas e equipamentos industriais foram avaliadas por um prazo médio de vida útil entre 10 e 15 anos, refletindo o uso contínuo desses equipamentos. Esse prazo foi definido levando em consideração as manutenções preventivas e corretivas praticadas no decorrer da vida útil dos ativos no processo produtivo e constante substituição de peças de reposição pelo avanço tecnológico e aumento na produção.

18.2 Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Periodicamente, a Companhia efetua avaliação de seus ativos, através do setor de engenharia do produto, o qual avalia aquisição de novas tecnologias, possíveis descartes de equipamentos, manutenção e reposição de peças sempre que necessário ou que possam representar ganho de produtividade.

O critério definido como indicativo de valor recuperável (*impairment*), pela Administração, é o resultado global de suas plantas industriais, consideradas como o menor grupo identificável de unidade geradora de caixa. E como resultado desta análise, de acordo com o pronunciamento técnico CPC – 01 (R1) – Recuperação ao valor recuperável dos ativos, não foi constatada a necessidade de provisão para desvalorização por “*impairment*” sobre esses saldos.

Notas Explicativas

Os saldos do intangível estão demonstrados nos quadros abaixo:

	31/12/2021				Controladora 31/12/2020		
	Taxa de Amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
	Marcas e patentes	10%	3.258	(2.112)	1.146	2.805	(2.113)
Direito de uso software (i)	20%	8.414	(7.809)	605	8.373	(7.531)	842
Direito de utilização de imóveis	20%	43	(23)	20	22	(15)	7
		11.715	(9.944)	1.771	11.200	(9.659)	1.541

	31/12/2021				Consolidado 31/12/2020		
	Taxa de amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
	Marcas e patentes	10%	3.257	(2.112)	1.145	2.804	(2.112)
Direito de uso software	20%	9.007	(8.218)	789	8.868	(7.799)	1.069
Direito de utilização de imóveis	20%	1.871	(960)	911	1.282	(595)	687
		14.135	(11.290)	2.845	12.954	(10.506)	2.448

(i) Refere-se aos gastos incorridos na aquisição, no desenvolvimento e na implementação de sistemas de gestão empresarial que estão sendo utilizados pela Companhia. São representados substancialmente pelos sistemas Totvs-EMS e LINX. Os gastos estão sendo amortizados linearmente de acordo com o prazo de benefício futuro estimado pela Administração da Companhia, sendo de cinco anos para o sistema de gestão Totvs-EMS.

A amortização de marcas e patentes é alocada aos custos dos estoques e incluídos no 'Custo das vendas', na medida em que os estoques são vendidos.

A movimentação do ativo intangível está demonstrada no quadro abaixo:

	Controladora			
	31/12/2020	Adição	Amortização	31/12/2021
Marcas e patentes	692	454	-	1.146
Direito de uso software	842	40	(277)	605
Direito de utilização de imóveis	7	22	(9)	20
	1.541	516	(286)	1.771

	Consolidado			
	31/12/2020	Adição	Amortização	31/12/2021
Marcas e patentes	692	453	-	1.145
Direito de uso software	1.069	49	(329)	789
Direito de utilização de imóveis	687	587	(363)	911
	2.448	1.089	(692)	2.845

20. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores nacionais	17.503	15.400	22.072	16.065
Fornecedores exterior	-	89	-	672
	17.503	15.489	22.072	16.737

Notas Explicativas ESTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Encargos Financeiros Médios	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Em moeda corrente - R\$					
Desconto de duplicatas	0,70 a 0,90 % a.m	28.786	21.143	28.786	21.143
Conta garantida - recebíveis	0,48 a 0,95 % a.m	30.464	25.108	30.464	25.108
Capital de giro - CDI	CDI + 0,31 % a 1,15% a.m.	24.336	14.977	24.336	14.977
Capital de giro	0,37% a.m	10.461	5.011	10.461	5.011
Desenhahia - BNDES	TJLP	3.910	4.293	3.910	4.293
Leasing	1% a.m.	16	197	16	197
		97.973	70.729	97.973	70.729
Em moeda estrangeira - US\$					
Capital de giro	(principal e juros)	-	-	-	898
		-	-	-	898
		97.973	70.729	97.973	71.627
Passivo circulante		62.522	38.917	62.522	39.134
Passivo não circulante		35.451	31.812	35.451	32.493

Termo e cronograma de amortização da dívida:

O montante consolidado dos financiamentos com vencimentos a curto e longo prazos tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	31/12/2021	31/12/2020
2021	-	39.134
2022	62.522	15.638
2023 em diante	35.451	16.855
	97.973	71.627

A Companhia possui junto ao mercado financeiro linhas de créditos disponíveis para o capital de giro.

Garantias:

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui ativos oferecidos como garantia para obtenção de empréstimos e financiamentos. A Administração da Companhia não tem permissão de ceder esses ativos como garantia para outros empréstimos, processos judiciais ou vendê-los a outra companhia. Os valores do ativo imobilizado que estão dados em garantia para as operações de empréstimos são:

- Terreno/edificações/máquinas/equipamentos/instalações: R\$ 16.133 com Desenhahia.
- Terreno/edificações: R\$ 30.000 com capital de giro.

22. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
FGTS	381	562	397	587
INSS	2.738	3.512	2.903	3.800
IRRF	192	159	203	182
Outros encargos	18	27	631	331
Pensão Alimentícia	6	3	6	3
Férias	1	1	1	1
Provisão de férias e encargos	3.772	2.832	3.912	2.926
Salários	1.531	2.480	1.580	2.545
	8.639	9.576	9.633	10.375

Notas Explicativas **CONDIÇÕES FISCAIS**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Impostos e contribuições				
ICMS	791	452	792	557
PIS	170	172	309	206
COFINS	1.044	1.045	1.894	1.201
IR S/Lucro	165	-	227	140
CSLL S/Lucro	63	-	89	59
IR/CSLL s/ajuste avaliação patrimonial	-	-	1.875	5.855
Outros	77	138	1.308	1.608
	2.310	1.807	6.494	9.626
Tributos parcelados				
PPI do ICMS	-	-	23.886	24.147
Parcelamento ordinário - PIS / COFINS	413	875	413	875
Parcelamento ordinário - CONTRIB.PREV	295	625	295	625
Parcelamento ordinário - IPI / IRRF / CSRF	55	117	55	117
Parcelamento ordinário de INSS	5.203	1.482	5.203	1.482
Parcelamento IPTU	179	108	179	108
Parcelamento FGTS	371	584	371	584
Parcelamento não previdenciário	-	-	200	-
Parcelamento ICMS	964	-	964	-
Demais Parcelamentos	82	-	83	-
	7.562	3.791	31.649	27.938
	9.872	5.598	38.143	37.564
Passivo circulante	5.610	3.958	13.412	10.749
Passivo não circulante	4.262	1.640	24.731	26.815

Ao longo do exercício a Companhia aderiu a novos parcelamentos ordinários, principalmente, relacionados ao INSS e ao ICMS.

24. DEMAIS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamento de clientes	2.697	999	2.750	1.099
Qualidade cliente	398	293	398	297
Aluguéis a pagar	20	7	906	692
Fretes a pagar	1.523	923	1.523	923
Provisão de Fretes	513	472	513	472
Galacross do Brasil Ltda	-	3.361	-	3.361
Mutuo Pessoa Física	1.481	1.733	1.481	1.733
Comissões a pagar	481	296	481	296
Representantes	3.122	4.966	3.122	4.966
Provisões de despesas diversas	6.198	3.143	6.198	3.143
Agenciamento de créditos financeiros (i)	-	21.740	-	21.740
Outros	1.575	2.165	2.561	3.809
	18.008	40.098	19.933	42.531
Circulante	14.085	31.495	14.853	32.745
Não Circulante	3.923	8.603	5.080	9.786

- (i) Agenciamento e intermediação na repactuação de dívidas financeiras. Baseado no acordo realizado em 10 de setembro de 2021, a Companhia renegotiou junto ao credor o saldo a pagar e os prazos para liquidação desta operação. Como resultado desta negociação, o saldo foi integralmente liquidado em 2021 e apurado um ganho favorável à Companhia de R\$ 2.576, reconhecido no resultado do exercício, no grupo Receitas Financeiras.

Notas Explicativas**25. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS**

Natureza	31/12/2021			Controladora 31/12/2020		
	Valor de Provisão	Depósito Judicial	Contingência Líquida	Valor de Provisão	Depósito Judicial	Contingência Líquida
	Trabalhistas	2.284	(783)	1.501	2.517	(870)
Fiscais	2.998	-	2.998	2.998	-	2.998
Tributárias	64	-	64	-	-	-
Cíveis	667	-	667	176	-	176
	6.013	(783)	5.230	5.691	(870)	4.821

Natureza	31/12/2021			Consolidado 31/12/2020		
	Valor de Provisão	Depósito Judicial	Contingência Líquida	Valor de Provisão	Depósito Judicial	Contingência Líquida
	Trabalhistas	2.284	(783)	1.501	2.517	(870)
Fiscais	2.998	-	2.998	3.052	(53)	2.998
Tributárias	64	-	64	-	-	-
Cíveis	667	-	667	176	-	176
	6.013	(783)	5.230	5.745	(923)	4.821

A provisão para contingência foi constituída no montante estimado para todas aquelas ações que, segundo a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, estão classificadas como perda provável.

A movimentação da provisão está assim demonstrada:

	Controladora				
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Tributáveis	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	2.517	2.998	176	-	5.691
(-) Reversão	(1.477)	-	(151)	-	(1.628)
(+) Provisão	1.244	-	642	64	1.950
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	2.284	2.998	667	64	6.013

A Administração da Companhia, junto aos seus assessores jurídicos externos, estima que o desembolso desses recursos possa ocorrer, substancialmente, entre 2023 e 2024.

Contingências perdas possíveis

A Companhia tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais e administrativas decorrentes do curso normal de suas atividades, de naturezas cíveis, trabalhista e tributária, envolvendo riscos de perda classificados pelos assessores jurídicos externos da Companhia como possíveis. As ações com riscos de perda classificados como prováveis são provisionadas e estão apresentadas nesta nota.

Os assessores jurídicos externos da Companhia não conseguem estimar o prazo de conclusão desses processos. Adicionalmente, a Administração entende não ser possível estimar o montante de desembolso para fazer face de um eventual desfecho desfavorável à Companhia.

A Companhia não espera qualquer reembolso em conexão com o resultado desses processos. O montante dos processos, cujos riscos foram avaliados como possíveis, corresponde a R\$ 66.652 (R\$ 56.937 em 31.12.2020), dentre os quais destacamos:

- (i) Ações cíveis, no montante de R\$ 8.472, com grande parte pleiteando danos morais e materiais.
- (ii) Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Trabalho por suposto descumprimento de medidas relacionadas à saúde e segurança do trabalho nas unidades fabris da Bahia. Os assessores jurídicos internos e externos da Companhia estimam uma perda possível de R\$ 2.038.

Notas Explicativas

(iii) Autos de infração movidos pela Receita Estadual dos Estados da Bahia e Paraíba para cobrança de ICMS, proveniente da glosa de diversos créditos tributários, no montante de R\$ 22.876. A Administração acredita que possui bons argumentos de defesa para contrapor os autos movidos pela Receita Estadual.

(iv) Autos de infração movidos pela Receita Federal do Brasil, destinados à cobrança de débitos de IR, CSLL, operações de crédito e outros, no valor de R\$ 23.102. Os assessores jurídicos da Companhia acreditam que possuem bons argumentos para contrapor os autos

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

26.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 45.937, representado por 42.275.080 ações, sendo todas ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 15 de julho de 2020, foi aprovado o aumento de capital social, mediante a emissão de ações ordinárias, em decorrência do exercício de opções de compra de ações outorgadas no âmbito do Plano de opção de compra de ações da Companhia, no valor de R\$ 162, mediante a emissão de 120.000 ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição dos demais acionistas, em 10 de março de 2021, foi aprovado o aumento de Capital Social, mediante a emissão de ações ordinárias, em decorrência do exercício de opções de compra de ações outorgadas no âmbito do Plano de opção de compra de ações da Companhia, no valor de R\$ 223, mediante a emissão de 165.000 ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição dos demais acionistas e em 15 de setembro de 2021, foi aprovado o aumento de Capital Social, mediante a emissão de ações ordinárias, em decorrência do exercício de opções de compra de ações outorgadas no âmbito do Plano de opção de compra de ações da Companhia, no valor de R\$ 13, mediante a emissão de 10.000 ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição dos demais acionistas.

26.2 Reservas de capital

26.2.1 Reserva de plano de opções de ações

Com a implementação dos planos baseados em ações, a Companhia constituiu a Reserva de opções de ações outorgadas, conforme descrito na nota 35.

26.3 Reserva de lucros

26.3.1 – Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação vigente, limitada a 20% do capital social.

26.3.2 Reserva de incentivos fiscais

A partir de 1º de janeiro de 2008, os incentivos fiscais passaram a ser registrados diretamente no resultado, sendo posteriormente, quando do encerramento das demonstrações financeiras, constituídos como “Reserva de incentivos fiscais”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia destinou o valor de R\$ 26.212 para reserva de incentivos fiscais, deduzindo esse valor da base de dividendos

Notas Explicativas de Avaliação Patrimonial

Valor referente a diferença entre o valor contábil da propriedade para investimento e seu valor justo, apurado quando do reconhecimento inicial, conforme nota 16.

26.5 Outros Resultados abrangentes

Corresponde aos efeitos de conversão da moeda funcional para a moeda de balanço, apurados sobre os investimentos societários mantidos no exterior, avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

26.6 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado do exercício ajustado, atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia, pelo número médio ponderado dessas ações em poder dos acionistas, excluindo aquelas mantidas em tesouraria e respeitando as regras de distribuição de dividendos previstas no Estatuto Social da Companhia.

O resultado diluído por ação é calculado mediante a divisão do resultado do exercício ajustado, atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia, pelo número médio ponderado dessas ações em poder dos acionistas, respeitando as regras de distribuição de dividendos previstas no Estatuto Social da Companhia.

O número médio ponderado dessas ações é calculado a partir do número de ações ordinárias em circulação no início do exercício, ajustado pelo número de ações, quando aplicável, readquiridas ou emitidas durante o exercício multiplicado por um fator ponderador de tempo.

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33, a tabela a seguir reconcilia o resultado do exercício ajustado aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

	Janeiro a dezembro de 2021	
	Ações Ordinárias	Total
Resultado atribuível aos acionistas	27.592	27.592
Média ponderada das ações em circulação durante o exercício	42.275	42.275
Resultado por ação básico e diluído (lote de mil) - R\$	0,652679	0,652679
	Janeiro a dezembro de 2020	
	Ações Ordinárias	Total
Resultado atribuível aos acionistas	22.027	22.027
Média ponderada das ações em circulação durante o exercício	42.100	42.100
Resultado por ação básico e diluído (lote de mil) - R\$	0,523207	0,523207

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não apresenta ações potenciais que provocam diluição.

Notas Explicativas

	Classificação por categoria	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixas e bancos	Custo Amortizado	577	1.985	3.471	4.002
		577	1.985	3.471	4.002
Aplicacoes financeiras					
Aplicação mantida até o vencimento	Custo Amortizado	210	2.100	2.385	2.286
		210	2.100	2.385	2.286
Contas a receber clientes	Custo Amortizado	64.018	50.842	76.046	55.392
		64.018	50.842	76.046	55.392
Partes relacionadas					
Ativos	Custo Amortizado	79.156	64.110	-	-
Passivos	Custo Amortizado	(5.172)	(2.590)	-	-
		73.984	61.520	-	-
Fornecedores	Custo Amortizado	17.503	15.489	22.072	16.737
		17.503	15.489	22.072	16.737
Empréstimos e financiamentos					
Moeda estrangeira	Custo Amortizado	-	-	-	898
Moeda Nacional	Custo Amortizado	97.973	70.729	97.383	70.729
		97.973	70.729	97.383	71.627

A tabela acima apresenta os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros, sendo o valor justo uma aproximação razoável do valor contábil.

27.1 Valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é estimado como o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- (i) contas a receber de clientes, fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- (ii) o valor justo de partes relacionadas ao final de cada exercício é igual ao valor contábil.
- (iii) o valor justo dos financiamentos é uma aproximação razoável do valor contábil.

27.2 Hierarquia do valor justo

Técnicas de avaliação e dados (*inputs*) significativos não observáveis

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não mantinha operações de instrumentos financeiros cujas mensurações dependeriam da hierarquia de valor justo. Entretanto, caso houvesse essas operações, a Companhia aplicaria o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial e divulgaria as mensurações dependendo do nível da hierarquia de valor justo, que são:

Nível 1 – valor justo obtido através de preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, como, por exemplo, a bolsa de valores; e

Nível 2 – valor justo obtido por modelos de fluxo de caixa descontado, quando o instrumento é uma compra ou venda a termo ou contrato de *swap* ou por modelos de avaliação de contratos de opções. Não é prática da Companhia fazer operações com derivativos.

Nível 3 – premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Notas Explicativas de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência das taxas de câmbio, taxas de juros e outras variáveis. As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos a essas variáveis estão apresentadas a seguir.

Em 31 de dezembro de 2021, os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia incluem contas de depósitos bancários, contas a receber e financiamentos, que tem seus valores apresentados nos registros contábeis próximos aos de mercado.

(i) Seleção dos riscos

Os principais riscos que mais podem afetar o valor dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia são:

- a taxa de câmbio dólar-real
- indexadores de mercado (CDI / INPC / IPCA / TJLP / TR)

Para efeito da análise de sensibilidade a riscos, a Cambuci apresenta as exposições a moedas como se fossem independentes, ou seja, sem refletir na exposição a uma taxa de câmbio os riscos de variação de outras taxas de câmbio que poderiam ser indiretamente influenciadas por ela.

Não faz parte da estratégia da Companhia e suas controladas, efetuarem transações envolvendo derivativos com propósitos especulativos.

A Companhia ainda apresenta, em 31 de dezembro de 2021, valores referentes a alguns empréstimos e financiamentos, que por estarem renegociados não podem ser comparados aos valores de mercado.

(ii) Seleção dos cenários

Nos termos contidos no CPC 40 (R1) / IFRS 7 – “Instrumentos financeiros: evidenciação, a Companhia inclui na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Na elaboração dos cenários adversos, a Administração considerou apenas o impacto das variáveis sobre os instrumentos financeiros. Dado que a Cambuci administra sua exposição cambial em base líquida.

Foi considerada uma alta para a taxa de câmbio dólar-real de 25% para o cenário adverso possível e 50% para o cenário extremo, em relação à nossa projeção do dólar médio do exercício.

(iii) Sensibilidade

A sensibilidade dos empréstimos e financiamentos expostos à variação das taxas de mercado, é apresentada na tabela abaixo com as variações do valor dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

	R\$	Cenário provável	Cenário adverso possível (a)		Cenário adverso remoto (b)	
		Taxa (média/ano)	Taxa (+25%)	(Perda) / Ganho	Taxa (+50%)	(Perda) / Ganho
CDI	24.336	12,2000%	15,2500%	(742)	18,3000%	(1.484)
TJLP	3.910	4,8000%	6,0000%	(47)	7,2000%	(94)
Clientes e Partes Relacionadas - Dólar	12.988	5,6000	7,0000	18.183	8,4000	36.366
	41.234			17.394		34.788

(a) O cenário adverso possível é representado por uma desvalorização do real em relação aos empréstimos em moeda estrangeira de 25% e também um aumento nas taxas dos indexadores CDI, INPC, IPCA, TJLP, TR, Dólar e outras moedas estrangeiras de 25% em relação às taxas do cenário provável.

(b) O cenário adverso remoto é representado por uma desvalorização do real em relação aos empréstimos em moeda estrangeira de 50% e também um aumento nas taxas dos indexadores CDI,

Notas Explicativas A, TJLP, TR, Dólar e outras moedas estrangeiras de 50% em relação às taxas do cenário provável.

27.4 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

Contas a receber

Praticamente todos os clientes da Companhia não possuem classificação de risco concedida por agências avaliadoras. Por essa razão, a Companhia desenvolveu um sistema próprio que gera a classificação de risco para a totalidade dos títulos a receber de clientes nacionais e parte dos títulos de clientes no exterior. Em 31 de dezembro de 2021, a metodologia de classificação do risco não sofreu alteração em relação a 31 de dezembro de 2020.

28. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas brutas de vendas				
Brasil	228.493	157.800	194.645	143.507
Exterior	18.343	7.006	18.343	10.595
Latinline	-	-	180	234
Impar Sports	-	-	14.573	7.917
Penalty Argentina	-	-	50.887	19.573
	246.836	164.806	278.628	181.826
Deduções de Venda				
Tributos	(29.968)	(16.740)	(31.557)	(18.373)
Devoluções de vendas e outros	(6.760)	(6.131)	(6.973)	(6.954)
	(36.728)	(22.871)	(38.530)	(25.327)
Receita líquida de vendas	210.108	141.935	240.098	156.499

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, com as respectivas alíquotas básicas:

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7,00% a 18,00%
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS – Programa de Integração Social	1,65%
INSS – Contribuição para Seguridade Social	1,00%

29. INCENTIVOS FISCAIS – SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTOS

A Companhia goza de subvenções de investimentos, concedidas pelos governos estaduais em que as principais fábricas estão localizadas, as quais expiram entre 2022 e 2036.

A Companhia assinou em conjunto com o Estado da Bahia, protocolo de Intenções para prorrogação dos seus incentivos fiscais a partir de janeiro de 2021, onde investirá ao longo de 15 anos R\$ 43,7 milhões em ampliação e modernização das suas unidades fabris localizadas nos municípios de Itabuna e Itajuípe.

A partir de 1º de janeiro de 2008, com a promulgação da Lei nº 11.638/07, o referido benefício passou a ser reconhecido no resultado, constituindo, quando do encerramento das demonstrações financeiras, uma reserva de lucros no patrimônio líquido, conforme as disposições das novas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Notas Explicativas - Essa subvenção para investimentos, registrado em 31 de dezembro de 2021 e 2020, está demonstrado no quadro abaixo:

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Subvenção do ICMS:		
Paraíba (a)	3.884	2.737
Bahia (b)	13.137	8.878
	17.021	11.615

a) Valores referentes à subvenção para investimentos no Estado da Paraíba, usufruída na forma de apuração de crédito presumido de ICMS, apurados pela fábrica de Bayeux. Os montantes envolvidos representam as parcelas não recolhidas de ICMS e, portanto, de destino comprometido conforme pactuado com o governo estadual. A Companhia está adimplente com o acordo estabelecido, que consiste em ampliar a unidade fabril naquela região, incrementar a produção e gerar empregos diretos na fábrica paraibana.

b) Valores referentes à subvenção para investimentos no Estado da Bahia, usufruída na forma de apuração de crédito presumido de ICMS, apurados pelas fábricas de Itajuípe e Itabuna. Os montantes envolvidos representam as parcelas não recolhidas de ICMS e, portanto, de destino comprometido conforme pactuado com o governo estadual. A Companhia está adimplente com o acordo estabelecido, que consiste em ampliar as unidades fabris naquela região, incrementar a produção e gerar empregos diretos nas fábricas baianas.

Em 31 de dezembro de 2021 não existiam parcelas de incentivos a serem reconhecidas contabilmente, decorrentes de obrigações estabelecidas pelo programa de incentivo, a serem cumpridas pela Companhia. As parcelas do incentivo fiscal são registradas a crédito na rubrica de receita operacional líquida na demonstração do resultado.

Notas Explicativas RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas estavam representadas por:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Crédito fiscal (i)	3.751	26.068	3.751	26.068
Recuperação de créditos baixados	252	297	253	297
Venda de ativo permanente	134	1.298	134	1.298
Outras receitas	926	371	1.375	1.183
Ganho indenização contratual	-	2.697	-	2.697
Valor justo propriedade p/investimento	-	-	7.091	2.635
Receita de alugueis	-	-	2.941	2.306
Total de outras receitas	5.063	30.731	15.545	36.484
Baixa de bens de ativo permanente	(22)	(1.450)	(22)	(1.450)
Honorários advocatícios sobre contingências	-	(2.464)	-	(2.464)
Provisão perdas nos estoques	(4.716)	-	(4.716)	-
Parcelamentos Tributários	(3.056)	-	(3.056)	-
Litígios com fornecedores	(1.803)	-	(1.803)	-
Ações cíveis e trabalhistas	(1.880)	(3.204)	(1.880)	(3.204)
Ociosidade fabril (ii)	(8.835)	(11.716)	(8.835)	(11.716)
Outras despesas	(2.727)	(2.928)	(4.576)	(5.293)
Representantes	-	(5.110)	-	(5.110)
Total de outras despesas	(23.039)	(26.872)	(24.888)	(29.237)
Total líquido	(17.976)	3.859	(9.343)	7.247

- (i) Refere-se principalmente ao êxito obtido em 2020, em ação judicial que questionou a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS no montante de R\$ 23.184.
- (ii) A Companhia incorreu em níveis de produção abaixo do normal médio esperado, impactando o resultado até junho de 2021.

Notas Explicativas E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	2.594	10	2.597	24
Variação cambial ativa	4.203	7.787	4.941	4.412
Juros recebidos	854	1.017	855	1.017
Atualização Fundap	-	-	5.902	3.974
Atualização de créditos tributários (i)	1.480	26.489	1.480	26.489
Efeito da Aplicação do CPC 42/IAS 29	-	-	-	619
	<u>9.131</u>	<u>35.303</u>	<u>15.775</u>	<u>36.535</u>
Despesas financeiras				
Comissão e despesa bancárias	(1.401)	(1.249)	(1.813)	(1.428)
Juros s/ empréstimos e financiamentos	(11.320)	(9.498)	(12.017)	(8.601)
Pis/Cofins s/receitas financeiras	(187)	(1.310)	(1.125)	(1.310)
Variação cambial	(2.578)	(3.085)	(5.453)	(3.085)
Juros sobre fornecedores e impostos	(1.725)	(2.541)	(6.737)	(6.508)
Juros Vendor	-	-	-	-
Juros mútuo acionista	(119)	(101)	(119)	(101)
Descontos financeiros	-	(1)	-	(28)
Efeito da Aplicação do CPC 42/IAS 29	-	-	(1.669)	-
Outras despesas	(1.636)	(46)	(1.636)	(46)
	<u>(18.966)</u>	<u>(17.831)</u>	<u>(30.569)</u>	<u>(21.107)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(9.835)</u>	<u>17.472</u>	<u>(14.794)</u>	<u>15.428</u>

- (i) Refere-se a atualização monetária do trânsito em julgado da ação judicial que questionou a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, em 2020.

Notas Explicativas POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando a classificação das despesas com base na sua função. As informações das despesas por natureza são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Custo dos produtos vendidos				
Matéria prima	67.457	50.535	74.529	51.801
Mão de obra direta	24.512	15.522	24.512	15.522
Gastos gerais de fabricação	20.401	13.244	20.402	13.244
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação)	-	-	3.092	1.186
Depreciação e Amortização	4.985	4.319	4.985	4.319
	117.355	83.620	127.520	86.072
Despesas com vendas				
Clubes	-	601	-	601
Comissões	8.220	7.821	9.052	8.288
Marketing e TradeMarketing	5.929	5.699	7.739	6.359
Fretes	7.990	4.893	9.347	5.782
Despesas com pessoal	2.787	3.411	6.319	5.903
Despesas com tecnologia da informação	251	147	954	448
Consultorias	-	100	-	100
Serviços com Terceiros	3.979	3.076	4.159	3.218
Depreciação e amortização	225	284	823	764
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação)	-	-	720	318
Outros	2	3.968	982	5.408
	29.383	30.000	40.095	37.189
Despesas gerais e administrativas				
Despesas com pessoal	10.572	10.348	11.647	11.479
Serviços com Terceiros	6.352	6.019	6.490	6.223
Despesas com tecnologia da informação	942	789	942	789
Consultorias	513	334	513	334
Depreciação e Amortização	762	824	1.299	850
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação)	-	-	1.021	378
Outros	4.238	3.930	5.136	4.574
	23.379	22.244	27.048	24.627

33. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

No consolidado, o saldo de imposto de renda e contribuição social correntes foi credor em R\$ 3.315 em 2021 (R\$ 8.794 devedor em 2020), incluindo a controlada Cambuci Trust, que adotou o regime tributário com base no lucro presumido.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas de imposto de renda e de contribuição social, estavam representadas por:

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	3.683	(8.545)	3.315	(8.794)
Diferido	(1.110)	(195)	2.871	(482)
	2.573	(8.740)	6.186	(9.276)

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Tributos correntes				
Lucro antes da tributação	25.019	30.767	21.298	33.328
IR e CSLL à taxa nominal combinada de 34%	(8.506)	(10.461)	(7.241)	(10.461)
Ajustes para demonstração da taxa efetiva				-
Equivalência patrimonial	4.365	679	4.365	679
Subvenção para incentivos	6.286	4.103	6.286	4.103
PAT	46	63	46	63
Compensação de Prejuízos Fiscais	1.122	3.746	1.122	3.746
Provisões	(1.886)	8	(1.886)	8
Prejuízos dos trimestres não compensados (i)	(3.999)	(5.866)	(3.999)	(5.866)
Outros	12	(817)	(1.320)	(817)
Créditos extemporâneos (ii)	6.243	-	6.243	-
Empresas no lucro presumido	-	-	(301)	(249)
Total tributos correntes - Lucro Real	3.683	(8.545)	3.315	(8.794)
Taxa efetiva sobre lucro antes tributação	14,72%	-27,77%	15,56%	-26,39%

- (i) A Companhia aderiu a sistemática de lucro real - regime de apuração trimestral, portanto os prejuízos fiscais ocorridos nos trimestres não foram compensados nos exercícios.
- (ii) Em 23 de setembro de 2021, o Superior Tribunal Federal (“STF”) julgou em decisão plenária, por unanimidade, a não incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores relativos à taxa Selic envolvendo créditos fiscais recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Em relação a este assunto, a Companhia impetrou mandado de segurança com pedido de liminar em 02/08/2021, objetivando assegurar o reconhecimento da não incidência destes tributos sobre os valores de atualização monetária e juros de mora, dentre eles a Selic, onde obteve êxito no 4º trimestre. A Companhia registrou a sua melhor estimativa até a presente data, no valor de R\$ 6.243, visto que a realização do ganho é líquido e certo.

34. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O pronunciamento técnico CPC 22/IFRS 08 - Informações por Segmento requer que os segmentos operacionais definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estejam disponíveis, sejam reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos e revisados de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos.

O principal tomador de decisões operacionais responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho da Companhia é representado pelo Diretor Presidente.

Em função da concentração de suas atividades no desenvolvimento e na comercialização de calçados, bolas, meias, confecções e acessórios em geral, à Companhia está organizada em uma única unidade geradora de caixa e, portanto, em somente um segmento passível de reporte. As políticas contábeis de cada segmento são as mesmas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia.

Os produtos da Companhia estão representados por duas marcas (Penalty e Stadium), e embora sejam comercializados através de diferentes canais de distribuição (lojas próprias e lojas multimarcas) não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

Embora a Companhia possua uma estrutura de gestão matricial, em que as receitas de vendas são analisadas pelo principal tomador de decisões em diversos níveis, os produtos produzidos e

Notas Explicativas

Operações realizadas pela Companhia e suas controladas são divididos entre diversos produtos, tais como: calçados, artigos esportivos e vestuário em geral. Tendo em vista que todas as decisões tomadas em base de relatórios consolidados, que todos os serviços são prestados utilizando-se sistema de fabricação similar, e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte, com a seguinte segmentação geográfica.

(a) operações nacionais: desempenho da Companhia e de suas controladas no Brasil; e

(b) operações internacionais: desempenho das controladas na Argentina e Uruguai.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a receita bruta de vendas consolidada por segmento geográfico está representada da seguinte forma:

- Operações nacionais: 83,4%.
- Operações internacionais: 16,6%.

As informações de vendas brutas no mercado interno e externo, por segmento geográfico, apresentadas no quadro abaixo, foram elaboradas a partir do país de origem da receita, tendo por base as vendas realizadas pelas suas controladas no Brasil e por meio das subsidiárias no exterior.

Vendas brutas – mercado interno e externo

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Brasil	209.218	151.424
Argentina	50.887	19.573
Outros	18.523	10.829
Total	278.628	181.826

35. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS – PLANO DE OPÇÕES

Em 29 de novembro de 2012, através de Assembleia Geral Extraordinária, o Conselho de Administração, no âmbito de suas funções, aprovou o plano de opções de compra de ações para os membros da administração, empregados em posição de comando e gerência e prestadores de serviços da Companhia ou de suas controladas diretas ou indiretas relevantes.

O número total de ações objeto das opções outorgadas não poderá ultrapassar o percentual de 5% do total das ações de emissão da Companhia, a qualquer tempo durante a vigência do Plano.

Com o propósito de satisfazer o exercício de opções outorgadas, a Companhia poderá emitir novas ações, dentro do limite do capital autorizado, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, conforme permissão do artigo 171, parágrafo 3º, da lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

Quaisquer ações subscritas ou adquiridas pelo participante em virtude do exercício das opções somente poderão ser negociadas, alienadas, cedidas ou transferidas após o prazo de três anos após sua aquisição.

Notas Explicativas – Descrição do plano de opções na data base de 31 de dezembro de 2021, considerando os prazos de carência para exercício das opções, está demonstrada a seguir:

Plano de outorga de opções	1ª outorga	2ª outorga	3ª outorga
Data da outorga	02/01/2015	04/01/2016	19/10/2020
Quantidade de opções outorgadas	285.000	20.000	553.000
Quantidade de opções exercidas	(285.000)	(10.000)	-
Período de carência para exercício (<i>vesting</i>)	2 anos	2 anos	2 anos
Vencimento para o exercício	02/01/2021	04/01/2022	14/10/2027
Preço de exercício (i)	1,00	1,00	4,20
Beneficiários	4	1	23

- (i) O preço de exercício é fixado e corrigido pela variação do índice de preços ao consumidor amplo – IPCA desde a data da outorga até a data do efetivo exercício da opção.

Durante o exercício de 2020, a Companhia concedeu 553.000 ações no âmbito do plano de opções, as quais são avaliadas com base na média da cotação das ações da Companhia ponderada pelo volume de negociações nos 120 dias anteriores a data da celebração do contrato de opção, podendo o Conselho de Administração aplicar um desconto de até 20%. O beneficiário poderá exercer ao final de cada período de 12 meses, 20% da sua opção exercível, ou poderá postergar este exercício, desde que seja respeitado o prazo máximo de 7 anos.

A Companhia calculou o valor justo das opções, utilizando as seguintes premissas de mercado:

Preço da ação em 31 de dezembro de 2021: R\$ 4,87

Correção do preço da opção: IPCA

Volatilidade: 49,51%

Taxa de desconto livre de risco: 3%

O valor justo para os planos de opção de compra de ações na data de outorga de cada plano foi calculado com base no modelo de precificação Black & Scholes. Os efeitos foram refletidos na rubrica “Reservas de plano de opções de ações”, no Patrimônio Líquido, em contrapartida como despesas gerais e administrativas, no resultado do exercício, durante o exercício em que os colaboradores adquirem incondicionalmente o direito.

O impacto contábil registrado na conta de resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 179.

36. COBERTURA DE SEGUROS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve alterações significativas na cobertura de seguros da Cambuci e suas controladas. A Companhia e suas controladas mantém apólices de seguros para seus bens, considerando adequada a cobertura contratada.

Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros contra riscos operacionais está composta por R\$ 153.650 para danos materiais e R\$ 5.720 para responsabilidade civil, respectivamente para o Grupo e para a Companhia.

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

Com base em Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de janeiro de 2022, a Administração aprovou a operação de oferta pública restrita de distribuição de debêntures simples a serem distribuídas pela Caixa Econômica Federal, nas condições abaixo descritas:

- i) Volume de emissão - R\$ 50 milhões;
- ii) Destinação dos recursos - liquidação das dívidas financeiras de curto prazo;
- iii) Garantia firme da CEF - R\$ 50 milhões – 100% da emissão;

Notas Explicativas

- v) Carência de principal - 12 meses;
- vi) Amortização principal – semestral, após carência;
- vii) Pagamento de juros – semestral, desde a data de emissão;
- viii) Garantias - cessão fiduciária de determinados recebíveis, equivalente a 40% do saldo devedor da emissão, em cobrança bancária;
- ix) Remuneração indicativa – CDI + 4,10 % ao ano;
- x) Fee total - 1,50%;
- xi) *Covenant* financeiro – dívida líquida por EBITDA deve ser inferior ou igual a:
 - (a) 3,5 x em 31/12/2022
 - (b) 3,0 x a partir de 31/12/2023 até o vencimento das debêntures;
- xii) Rating da emissão – mínimo “BBB+” pela Moody’s.

* * * * *

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS Aos acionistas, conselheiros e administradores da Cambuci S.A. São Paulo - SP Opinião Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cambuci S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cambuci S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais Assuntos de Auditoria (PAA) Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. a) Reconhecimento das receitas de vendas de mercadorias (notas 7a e 28) O processo de reconhecimento de receita da Companhia envolve o acompanhamento dos controles das mercadorias encomendadas pelos seus clientes, as quais são agrupadas pelos pedidos de venda e transportadas e entregues para diversas regiões do país. A Companhia controla o acompanhamento dos pedidos de vendas, os respectivos faturamentos e os despachos para as transportadoras, para registro contábil da receita de vendas de mercadorias, no correto período de competência. Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos montantes envolvidos e a necessidade de manutenção de rotinas e controles internos eficazes para identificar e mensurar a receita de venda de mercadorias. Resposta da auditoria ao assunto As evidências de auditoria consideradas apropriadas e suficientes foram obtidas por meio de uma combinação de testes de controles e testes de transações, cujos principais estão detalhados a seguir: (i) Testamos a efetividade dos controles-chave implementados pela Companhia para a determinação do momento adequado de reconhecimento de receita; (ii) selecionamos uma amostra de transações de venda e inspecionamos a documentação de entrega das mercadorias vendidas e documentação suporte que evidencia que a transação de venda ocorreu; (iii) selecionamos, em base amostral, transações de vendas ocorridas antes e depois da data de encerramento do exercício, de maneira a observar se a receita foi reconhecida na competência correta; (iv) confrontamos, em base amostral, as vendas registradas contabilmente com os correspondentes livros fiscais; (v) envio de cartas de confirmação externa para uma amostra de clientes e testes documentais realizados para os saldos onde as respostas não foram recebidas e a verificação da liquidação subsequente; (vi) avaliamos a adequação das divulgações da Companhia em relação a esse assunto. Consideramos que os critérios adotados pela administração para o reconhecimento da receita no correto período de competência, são apropriados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. b) Incentivos Fiscais - Subvenção para investimentos (nota 29) A Companhia é beneficiária de incentivos relativos ao Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), sobre suas atividades localizadas nos estados da Paraíba e da Bahia. Esses incentivos são decorrentes da apuração dos créditos presumidos de ICMS, apurados pelas fábricas da Companhia localizadas nas cidades de Bayeux, Itajuípe e Itabuna e representam uma parcela significativa das receitas líquidas da Companhia. O seu reconhecimento decorre do cumprimento das condições estabelecidas nos respectivos convênios, dentre elas, a ampliação das unidades fabris, produção e geração de empregos. Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, em virtude da relevância dos valores dos incentivos fiscais reconhecidos no resultado, de R\$ 17.021 mil, quando comparado com o resultado das operações da Companhia. Resposta da auditoria ao assunto Com o apoio de especialistas da área tributária, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e a análise da documentação, para cumprimento das condições dos referidos incentivos fiscais, os testes de recálculo para apuração dos respectivos valores dos benefícios, bem como o confronto das receitas reconhecidas nas rubricas contábeis com os respectivos controles e relatórios auxiliares. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos aceitáveis as políticas para reconhecimento e mensuração da Subvenção para Investimento, para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. c) Teste de recuperabilidade do ativo imobilizado (notas 7k e 18) A Companhia realiza anualmente o teste de recuperabilidade dos valores registrados no ativo imobilizado, cujo saldo consolidado em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 27.735 mil. A Companhia reconhece e mantém esses ativos registrados na medida em que haja indicativos de que eles sejam integralmente recuperáveis ao longo da vida útil com base nos fluxos de caixa futuros descontados. A administração avaliou a recuperabilidade desses ativos por meio da elaboração de projeções de resultados futuros, utilizando premissas subjetivas e julgamentos na realização destes cálculos. Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria devido ao processo de avaliação da recuperabilidade ser complexo e envolver um alto grau de subjetividade, principalmente na determinação da unidade geradora de caixa, da taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa, dos percentuais de crescimento e da rentabilidade dos negócios para os exercícios futuros. Resposta da auditoria ao assunto Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação das premissas utilizadas pela Companhia para o cálculo e apuração do valor recuperável, em particular relacionadas às estimativas das receitas, custos e despesas futuras, taxa de crescimento, taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa e margem de lucro da unidade geradora de caixa. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que são aceitáveis as premissas e metodologias utilizadas para estimativa do valor recuperável do ativo imobilizado, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. d) Imposto de renda e contribuição social diferidos (notas 7m e 13) A Companhia (controladora) reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, cujo saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 13.376 mil (individual e consolidado). A Companhia reconhece estes tributos diferidos na extensão em que haja lucro tributável futuro. Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria devido à subjetividade e julgamento na estimativa de lucro tributável futuro, que considera projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas

internas e em cenários econômicos futuros. Resposta da auditoria ao assunto Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a análise das projeções de lucros futuros e das avaliações econômico-financeiras que fundamentaram as premissas de crescimento e de rentabilidade da Companhia, avaliando se o estudo fora elaborado de forma consistente com as práticas de avaliação normalmente utilizadas e se as premissas utilizadas no estudo estão condizentes com os resultados e com as atividades operacionais da Companhia. Adicionalmente, avaliamos a natureza das diferenças temporárias, bem como a base do prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social que foram utilizados na constituição dos tributos diferidos ativos e comparamos o resultado esperado do lucro tributável com o limite do valor a ser registrado e as divulgações efetuadas nas notas explicativas. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os tributos diferidos ativos registrados e divulgados são apropriados no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. e) Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais (notas 7q e 25) A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em diversos processos de natureza tributária, cível e trabalhista decorrentes do curso normal dos negócios. As estimativas de perda são avaliadas periodicamente pela administração, que levam em consideração a opinião dos assessores jurídicos internos e externos que patrocinam as causas. A determinação do valor das provisões e das demais divulgações requeridas, bem como a avaliação da existência de obrigação presente e das probabilidades de desembolso, exigem julgamento significativo da Companhia. Uma vez que provisões para demandas judiciais envolvem julgamento da administração, ainda que com apoio de assessores jurídicos, consideramos este tema um dos principais assuntos de auditoria, também levando em consideração o volume dos processos existentes e a relevância dos valores envolvidos. Mudanças nos prognósticos e/ou julgamentos críticos da administração sobre as probabilidades de êxito podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Resposta da auditoria ao assunto Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia e suas controladas para a classificação de perdas, incluindo a avaliação do julgamento sobre a mensuração dos montantes a serem registrados como provisão para demandas judiciais; (ii) confirmações junto aos assessores jurídicos externos da Companhia e de suas controladas, contemplando os prognósticos de perda para a totalidade dos processos em aberto e comparação dessas respostas com as estimativas da administração; (iii) avaliação da razoabilidade das estimativas da administração e de seus assessores jurídicos para determinados processos, considerando a evolução desses processos e a jurisprudência existente, quando aplicável, e; (iv) revisão das divulgações efetuadas pela Companhia em notas explicativas. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados para a determinação da probabilidade de perda associada às causas, assim como as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Outros assuntos Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas e sobre elas emitimos relatório datado de 10 de fevereiro de 2021, contendo opinião não modificada e ênfase sobre os aspectos relacionados com a pandemia da Covid-19, que se retira para este exercício. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da

Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, SP, 22 de fevereiro de 2022. GF Auditores Independentes

Antonio Gouvêa de Azevedo CRC 2SP 025248/O-6 Marco
Contador - CRC 1SP 216678/O-6

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL O Conselho Fiscal da Cambuci S/A, em cumprimento às disposições legais e às disposições estatutárias da empresa, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Foram discutidas com a Diretoria e com os Auditores Independentes as políticas e estimativas contábeis que requerem julgamentos, a avaliação dos controles internos como parte do sistema de controles da empresa e o controle de riscos no processo decisório. Foram ainda acompanhados os processos de confecção do Relatório de Administração e das Demonstrações Financeiras, acompanhadas pelas Notas Explicativas. Com base neste trabalho e nos acompanhamentos e exames efetuados ao longo do exercício, considerando ainda, o Relatório contendo a Opinião dos Auditores Independentes GF Auditores Independentes, sem ressalvas, emitido em 22 de fevereiro de 2022, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas. São Paulo, 22 de fevereiro de 2022. Antonio Carlos Bonini Santos Pinto Mário Alberto de Lima Reis Coutinho Roberto Massayuki Hara

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, a diretoria executiva da Cambuci S.A., declara que: • revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2021; e; • revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da GF Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. São Roque, 22 de fevereiro de 2022. Alexandre Schuler Diretor Presidente Roberto Estefano Diretor de Relações com o Mercado Emerson Tsuneji Shiromaru Diretor Operações Internacionais, Inovação e Tecnologia

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. São Roque, 22 de fevereiro de 2022. Alexandre Schuler Diretor Presidente Roberto Estefano Diretor de Relações com o Mercado Emerson Tsuneji Shiromaru Diretor Operações Internacionais, Inovação e Tecnologia